

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2024

**FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO –
FAMERP
(102701)**

OBJETO

Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado e sistema geral de ar e resfriamento instalados no Campus da FAMERP, sem a inclusão de peças, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 592.250,00 (quinhentos e noventa e dois mil e duzentos e cinquenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/07/2024 às 09:00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço / global

MODO DE DISPUTA:

aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO**

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
11. DOS RECURSOS	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

EDITAL

FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FAMERP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

(Processo Administrativo nº 142.00000224/2024-55)

Torna-se público que a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP, por meio do Setor de Compras, sediada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 5416, Vila São Pedro, CEP 15090-00, São José do Rio Preto - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado e sistema geral de ar e resfriamento instalados no Campus da FAMERP, sem a inclusão de peças, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Considerando o valor estimado do item objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade

de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).*

3.11. *Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (caso assim definido no subitem 4.1), se ausente previsão expressa em sentido diverso. Como exceção a essas disposições, na hipótese em que seja adotado procedimento com fase de habilitação antecedente (caso assim definido no subitem 4.1), segue-se disciplina específica neste Edital conforme disposições que contêm previsão expressa de aplicação a essa última hipótese.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Caso seja definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicafe, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos subitens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.5.1 ou no subitem 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.5.4. No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.5. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7.1. Caso seja definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8.1. Caso seja definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da

proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor mensal e total estimado do item;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Caso seja definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor peço ou maior desconto, respectivamente).
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 2.805,00 (dois mil e oitocentos e cinco reais).
- 6.8.1. O Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances a que se refere o item acima incidirá sobre o valor mensal do item.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nos dois subitens anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.4.1. O disposto nos subitens 7.4 e 7.6.2 será excepcionado se for definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral (não definidos como serviços de engenharia), serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.2. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado *e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.*

7.9.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto no subitem subsequente.

7.9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.10.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.10.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.10.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) Este subitem não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra;

7.10.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) no subitem acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.10.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos

em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.10.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.10.7. O licitante vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.10.8. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.10.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.9.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.10.9.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.9.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores

adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo considerando o objeto da licitação, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15.3. Caso se trate de exigência de apresentação de amostra(s), se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4. Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. *Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito de habilitação econômico-financeira de que trata o subitem anterior, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. O disposto nos subitens 8.9.1 e 8.13 será excepcionado se for definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), observado o disposto nos subitens 8.1.1 e 8.3.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. O disposto no subitem 8.10 será excepcionado se for definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do subitem 8.10.1.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. Caso seja definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante

por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. em exceção ao disposto no subitem 11.3.3, se for definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *por meio do Sistema SEI, cujas instruções poderão ser obtidas no e-mail licitacao@famerp.br.*

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou
 - 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

- (1) *Multa Moratória 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;*
- (2) *Multa Moratória 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - a. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- (3) *Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, de 10% a 30% do valor do Contrato.*
- (4) *Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato.*
- (5) *Para infração descrita no subitem 12.1.2, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.*
- (6) *Para infrações descritas nos subitens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.*
- (7) *Para infrações descritas no subitem 12.1.7, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.*
- (8) *Para a infração descrita no subitem 12.1.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:*

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **através do e-mail: licitacao@famerp.br**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema no sistema compras.gov.br, e site www.famerp.br opção Licitações/Editais link: <https://www.famerp.br/index.php/transparencia/licitacoes/>**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Caso o item 1 não defina licitação para registro de preços, a disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

14.2.1.5.3. caso seja definido no item 1 deste Edital que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. O adjudicatário terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto no subitem acima importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;

14.2.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.famerp.br/index.php/transparencia/licitacoes/>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.15.3. *ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

14.15.4. *ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);*

14.15.5. *ANEXO V – Modelos referentes à vistoria prévia;*

14.15.6. *ANEXO VI – Avaliação de Execução de Serviços;*

São José do Rio Preto, São Paulo, 28 de maio de 2024

Kenia R. Giacchetto

Subscritora de Editais

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP

(Processo Administrativo nº 142.00000224/2024-55)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado e sistema geral de ar e resfriamento instalados no Campus da FAMERP, sem a inclusão de peças, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Qtdd.	Descrição do Equipamento	Modelo	BTUs	Qtdd.Equip.
01	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	7.000	02
02	54	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	9.000	108
03	51	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	12.000	102
04	30	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	18.000	64
05	02	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	22.000	04
06	34	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	24.000	68
07	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	27000	02
07	02	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	30.000	04
08	1	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	32.000	02
09	12	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	36.000	24

1	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	40.000	02
11	14	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	48.000	28
12	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	55.000	02
12	04	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	56.000	08
13	38	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	60.000	76
14	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	80.000	02
15	13	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CASSETTE	24.000	26
16	06	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CASSETTE	36.000	12
17	02	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CASSETTE	48.000	04
18	14	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CASSETTE	60.000	28
19	01	Sistema de Ar condicionado c/ dutos isolados e umidificador SUCEN	C/ DUTOS	-	01
20	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO BLOCO U-6 VIROLOGIA	C/DUTOS	DIVERSAS	07
21	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL BIOTERIO	C/DUTOS	DIVERSAS	51
22	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS – LABORAT. ANATOMIA	C/ DUTOS	DIVERSAS	02
23	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS- LABORATORIO.MICROSCOPIA I	C/DUTOS	DIVERSAS	02
24	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS- LABORATORIO.MICROSCOPIA	C/DUTOS	DIVERSAS	03

		II			
25	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS-BIBLIOTECA CENTRAL	C/DUTOS	DIVERSAS	04
26	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS- DEPTO.ENFERMAGEM	C/DUTOS	DIVERSAS	02
27	01	SISTEMA CENTRAL TIPO RESFRIADOR DE LIQUIDO "WATER CHILLER"	"WATER CHILLER"	DIVERSAS	50
28	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO DO AUDITORIO CENTRAL – BLOCO U6	C/DUTOS	DIVERSAS	31
<u>Total de Itens</u>			<u>437</u>	<u>Total Equip.</u>	721

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 meses contados da data do início da execução do objeto, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, além de proporcionar economicidade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Considerando que o Decreto nº 67.689 de 03 de maio de 2023 facultou a Administração Pública a elaborar o PCA no exercício de 2023 para execução no exercício de 2024, o objeto da contratação não possui previsão no Plano de Contratações Anual 2024, vez que a FAMERP optou por não realizá-lo. No entanto, informa-se que a contratação está inserida no Plano Plurianual vigente, demonstrando-se essencial para atender às necessidades da FAMERP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 Correto manuseio e descarte de resíduos, a prevenção de vazamentos de gases refrigerantes e a utilização de produtos químicos ambientalmente seguros;

4.1.2 Que sejam observadas as regulamentações e regramentos existentes, tais como a Portaria nº 222/2011 do Ministério do Meio Ambiente, que basicamente estabelece critérios e procedimentos para o controle de uso e destinação final de substâncias que destroem a camada de ozônio e de produtos que as contenham, como os gases refrigerantes, e a Resolução CONAMA Nº 267/2000.

Garantia da contratação

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor

vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.1 Para agendar a visita técnica os interessados deverão contatar o e-mail: alexandre.campos@famerp.br;

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado e sistema geral de ar e resfriamento instalados no Campus da FAMERP, sem a inclusão de peças, conforme tabela abaixo:

Item	Qtdd.	Descrição do Equipamento	Modelo	BTUs	Qtdd.Equip.
01	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	7.000	02
02	54	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	9.000	108
03	51	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	12.000	102

04	30	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	18.000	64
05	02	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	22.000	04
06	34	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	24.000	68
07	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	27000	02
07	02	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	30.000	04
08	1	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	32.000	02
09	12	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	36.000	24
1	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	40.000	02
11	14	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	48.000	28
12	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	55.000	02
12	04	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	56.000	08
13	38	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	60.000	76
14	01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPLIT	80.000	02
15	13	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CASSETTE	24.000	26
16	06	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CASSETTE	36.000	12
17	02	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CASSETTE	48.000	04
18	14	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CASSETTE	60.000	28

19	01	Sistema de Ar condicionado c/ dutos isolados e umidificador SUCEN	C/ DUTOS	-	01
20	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO BLOCO U-6 VIROLOGIA	C/DUTOS	DIVERSAS	07
21	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL BIOTERIO	C/DUTOS	DIVERSAS	51
22	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS – LABORAT. ANATOMIA	C/ DUTOS	DIVERSAS	02
23	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS- LABORATORIO.MICROSCOPIA I	C/DUTOS	DIVERSAS	02
24	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS- LABORATORIO.MICROSCOPIA II	C/DUTOS	DIVERSAS	03
25	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS-BIBLIOTECA CENTRAL	C/DUTOS	DIVERSAS	04
26	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO PAV. MARIO COVAS- DEPTO.ENFERMAGEM	C/DUTOS	DIVERSAS	02
27	01	SISTEMA CENTRAL TIPO RESFRIADOR DE LIQUIDO "WATER CHILLER"	"WATER CHILLER"	DIVERSAS	50
28	01	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO DO AUDITORIO CENTRAL – BLOCO U6	C/DUTOS	DIVERSAS	31
<u>Total de Itens</u>			<u>437</u>	<u>Total Equip.</u>	721

5.1.1 *Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato;*

5.1.2 *O objeto descrito deverá ser fornecido de forma a atingir o fim a que se destina, com a eficácia e qualidade requeridas;*

5.1.3 *Equipe residente:*

5.1.3.1. Composta por:

5.1.3.1.1. 01 (um) Engenheiro Supervisor dos Serviços, com capacidade comprovada por Acervo Técnico compatível aos serviços de manutenção desta instalação.

5.1.3.1.2. 01 (um) Mecânico de Refrigeração (técnico mais especializado em sistemas chiller, fan coils, automação, etc), residente, com conhecimentos comprovados por curso específico. Este funcionário deverá ter permanência de no mínimo 44 horas semanais no local dos serviços via controle biométrico.

5.1.3.1.3. 01 (um) Auxiliar de Mecânico de Ar Condicionado, residente, que deve ser treinado para serviços gerais e de limpeza. Este funcionário deverá ter permanência de no mínimo 44 horas semanais no local dos serviços via controle biométrico.

5.1.3.1.4. 01 (um) Meio Oficial de Ar Condicionado para apoio em assistência técnica eventual (sempre que solicitado pelo CONTRATANTE dependendo da demanda), sanando problemas de quebras ou paradas de equipamentos.

5.1.3.1.5. 01 (um) Técnico de Ar Condicionado para apoio em assistência técnica eventual (sempre que solicitado pelo CONTRATANTE dependendo da demanda), sanando problemas de quebras ou paradas de equipamentos.

5.1.4 *Caso os integrantes com carga horária semanal definida (44 horas semanais), não consigam atender a demanda estabelecida neste termo de referência, a CONTRATADA deverá enviar, sempre que solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) os componentes mencionados no sub itens 5.1.3.1.4. e 5.1.3.1.5. e, se necessário, equipe de apoio para colocar em dia os serviços de manutenção preventiva e corretiva previstos neste documento.*

5.1.5 Reposição da equipe residente:

5.1.5.1. A CONTRATANTE não poderá ficar desguarnecida da sua equipe residente em conformidade com o sub item 5.1.3.

5.1.5.2. No que se refere no subitem 5.1.3.1.2. e 5.1.3.1.3. a CONTRATADA deverá repor em até 24 horas os funcionários que possuem carga horária estabelecida, na ausência por qualquer natureza (atestado médico, falta, etc) e no caso de desligamento/demissão no máximo em 72 horas.

5.1.5.3. A equipe residente e sua possível reposição, é obrigatório fazer parte do quadro de funcionário da CONTRATADA obedecendo todos os termos da CLT.

5.1.5.4. A CONTRATADA disponibilizará sem custo a CONTRATANTE, equipe de apoio para complementar a manutenção preventiva definida no Plano de Manutenção Operação e Controle, caso o número de funcionários designados no sub item 5.1.3. não consigam atender a demanda total dos serviços, objeto deste documento.

Administração do serviço

5.2. A condução dos trabalhos deverá ser por profissional qualificado, com formação específica e detentor de conhecimento técnico dos aparelhos de ar, conforme descritos na tabela acima (item 5.1), e supervisionado semanalmente pela CONTRATADA.

5.3. Todo o contato entre CONTRATANTE e CONTRATADA será feito entre o Técnico Gestor do Contrato ou equivalente, e o responsável pela Fiscalização do Contrato, indicado pela CONTRATANTE.

5.4. O profissional responsável a que se refere o item 5.1.3.1.1. deverá possuir experiência comprovada em sua área através de certificados e registros reconhecidos por lei, adquirida em serviços de características semelhantes de no mínimo 03 (três) anos.

- 5.5. A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a substituição dos profissionais que demonstrarem incompetência para os respectivos cargos, ou cuja postura, não corresponda com as normas disciplinares da Instituição considerando o ambiente administrativo e acadêmico característicos da CONTRATANTE.
- 5.6. Caberá à CONTRATADA supervisionar e coordenar todos os trabalhos, inclusive de eventuais SUB-CONTRATADAS, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução e dos serviços.
- 5.7. Obriga-se a CONTRATADA executar os serviços, obedecendo rigorosamente às instruções da CONTRATANTE no que diz respeito ao atendimento do cronograma, medições e as especificações, fornecendo quando solicitados, sem ônus para a CONTRATANTE, protótipos de materiais e equipamentos necessários para atendimento deste objeto, para análise e aprovação da fiscalização.
- 5.8. A CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer erro, desvio ou omissão, referente ao estipulado nas especificações, ou qualquer documento que faça parte integrante do contrato.
- 5.9. A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto, sub-empregar totalmente os serviços contratados.
- 5.10. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar os responsáveis pela execução dos serviços, ocasião em que serão fixadas as precauções específicas ligadas à natureza dos trabalhos.
- 5.11. A CONTRATANTE realizará visitas periódicas nos locais de serviço, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais, o estado de conservação dos dispositivos protetores do pessoal e das máquinas, bem como fiscalizar a observância dos regulamentos e normas de caráter geral.
- 5.12. À CONTRATADA compete acatar as recomendações decorrentes das inspeções e sanar as irregularidades apontadas.
- 5.13. Caberá à CONTRATADA fazer a comunicação, da maneira mais detalhada possível, por escrito, de todo tipo de acidente, inclusive princípio de sinistro.
- 5.14. A CONTRATADA fornecerá aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual de caráter rotineiro, coerentes com a natureza dos trabalhos e com grau de risco determinado pelo órgão competente.
- 5.15. A CONTRATADA será responsável pela implantação, manutenção, gerenciamento e supervisão de toda execução dos serviços, bem como implantação e fornecimento de PMOC preferencialmente digital, e recursos adequados para melhoria do exercício de fiscalização. Os relatórios resultantes destas atividades devem ser do tipo formulário eletrônico ou software específico disponibilizado pela CONTRATADA, objetivando manter registro detalhado do histórico e execução dos serviços (preventivos ou corretivos), informação sobre troca de peças e componentes, etc., e compartilhados diariamente com o responsável pela fiscalização, que será indicado pela CONTRATANTE, que por sua vez não arcará com qualquer custo oriundo dos recursos informáticos.
- 5.16. A CONTRATADA deverá disponibilizar à equipe residente, aparelhos do tipo Smartphones em condições e capacidade de acessar rede de dados móveis, a fim de serem contactados no campus da Instituição, bem como utilizá-los para preenchimento dos formulários eletrônicos e/ou software/apk para registro dos serviços mencionados no item 5.15. e recebimento de chamados de serviços realizados pelos diversos setores da Instituição, e que serão compartilhados imediatamente após enviados para atendimento.

Procedimentos para a prestação dos serviços

5.17. A CONTRATADA deve disponibilizar, durante toda a execução dos serviços, adequada proteção dos operários e das instalações existentes, de modo a garantir a estanqueidade do serviço quanto a eventuais danos causados por resíduos de demolições, poeiras, desmontagens e execuções dos demais serviços.

5.17.1 A CONTRATADA suprirá sem ônus a CONTRATANTE TODOS os itens necessários para a realização dos serviços, tais como: andaimes, buchas, parafusos, materiais de limpeza de qualidade comprovada, LM, desengraxante, bactericida de qualidade comprovada, nitrogênio, oxigênio, varetas para solda, graxa, vaselina, conectores elétricos, marcadores, terminais, eletrodos, fita isolante, fita adesiva, fita de auto fusão, fita silver tape, óleo de bomba de vácuo e qualquer item consumível necessário, bem como toda mão-de-obra para execução dos serviços, e que possibilitem imprimir andamento aos trabalhos, suficiente para conclusão do serviço no prazo determinado;

5.17.2 A CONTRATADA deverá fornecer a sua equipe técnica residente, alocada na FAMERP, TODO Ferramental necessário e em quantidades suficientes para boa execução da manutenção deste objeto, tais como: Conjunto/kit de ferro de solda, Jogos de Chaves de Fenda e Philips imantada (tamanho diversos), Chave de Borne, Chave Cotoco de Fenda e Philips, Alicate Universal, Alicate de Pressão, Sargentos (diversos) Alicate de Corte, Alicate de Bico, Alicate Universal, Alicate de Trava, Conjunto/Kit Chave Canhão de Boca, Conjunto de Chave L, Conjunto de Chave ALE, Conjunto de Chave de Tork, Chave Inglesa, Conjunto/kit de Chave de Boca e Combinada, Conjunto de Chave Catraca, Conjunto / Kit de Brocas (tamanhos diversos) Furadeira de Impacto, Conjunto/kit de Serra Copo, Bomba de Vaco, Manômetro, Anemômetro, Capacímetro, Multímetro, Penta, Regulador de Nitrogênio, Bomba de Pressão de AWP, Bomba de Pressão e Higienizadora de Pressão para Evaporadora, Bolsas Coletoras (diversos tamanhos), Mangueiras de Jardinagem, Extensão Elétrica, Bolsas ou mala de ferramentas, Conjunto de Maçarico (suporte, mangueira, corta chama, bicos, cilindros manômetros e reguladores), etc.

5.17.3 Serão vedados aos empregados da CONTRATADA trabalhar descalços, com tamancos ou sandálias, com vestuário não condizente como o decoro público.

5.17.4 Na elaboração do planejamento de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá partir do pressuposto que, em todo desenrolar da execução dos serviços, a FAMERP deverá ter expediente normal em todos os seus setores de trabalho, de 2ª a 6ª feira das 8:00 as 12:00 e 13:00 as 17:00;

Remoções e retiradas

5.18. Todas as adequações, instalações e remoções necessárias para a manutenção dos aparelhos correrão por conta da CONTRATADA.

5.19. As remoções dos aparelhos deverão ser feitas de modo a manter o local sempre limpo e desimpedido.

5.20. Todos os aparelhos que tiverem de ser removidos do edifício deverão ter suas características anotadas em formulário apropriado, em duas vias e serem acompanhados da autorização para tal.

5.21. Todos os serviços de retiradas e remoções serão executados adotando-se as normas de segurança previstas na legislação em vigor, de forma a evitar danos a terceiros, aos equipamentos, bens da CONTRATANTE e garantir a segurança de seus funcionários.

5.22. Quaisquer danos ocorridos provenientes das retiradas e das remoções deverão ser reparados a expensas da CONTRATADA.

5.23. Os equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços de retiradas e de remoções, e os meios de proteção e segurança, deverão atender a Associação Brasileira de Normas técnicas.

5.24. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA procederá a um exame detalhado de cada aparelho a ser retirado e/ou removido. Deverão ser considerados aspectos importantes do estado dos aparelhos e suportes e os métodos utilizados na instalação.

5.25. A CONTRATADA será responsável pela limpeza da área no término dos serviços.

5.26. A CONTRATADA ficará responsável pela retirada e envio à assistência técnica autorizada dos aparelhos que estiverem dentro da garantia, além de responsabilizar-se pela sua reinstalação sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

Das características dos serviços

5.27. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão estar em conformidade com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial, a NBR 13971 e Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, pela Vigilância Sanitária e pela Portaria nº 3.523 do Ministério da Saúde sem ônus adicional à CONTRATANTE.

5.28. Rotinas de serviços aplicados deverão seguir as recomendações no Plano de Manutenção, Operação Controle – PMOC, em conformidade com as disposições contidas na Portaria nº 3523, de 28/08/1998, do Ministério da Saúde e Lei 13589/2018 de 04/01/2018.

5.29. Os serviços propostos deverão obedecer aos seguintes princípios:

5.29.1 Inspeção Inicial: trata-se da primeira revisão em todos os aparelhos. Será feita dentro dos primeiros 20 (Vinte) dias a partir do início da vigência do contrato sem interrupção no que refere-se a este objeto, ou seja, manutenção corretiva e preventiva designado pela equipe residente. A CONTRATADA deverá fornecer relatório detalhado da situação dos aparelhos, os defeitos encontrados, consertos efetuados, peças (se for o caso) para colocá-los em perfeito estado de funcionamento;

5.29.2 A CONTRATADA deverá catalogar todos equipamentos existentes a este memorial contendo dados necessários para localização, avaliação e medição dos serviços ora a serem executados, no que está discriminado neste Termo de Referência, para medição mensal e elaboração do PMOC.

5.29.3 Manutenção Preventiva: Trata-se da implantação de um cronograma de serviços - programa de manutenção (PMOC) - com a finalidade de atender a portaria nº 3.523 de 28 de agosto de 1998, Resolução REº 09 de 16/01/2013 e Lei 13589/2018; Conservar os equipamentos em condições normais de operação, através de ajustes, limpeza interna (dutos/difusores e válvulas), lubrificação e testes, devendo ser executadas segundo periodicidade mensal, podendo ser efetuada simultaneamente com as manutenções corretivas;

5.29.4 Os custos dos materiais, produtos biodegradáveis, ferramentas e equipamentos para utilização necessária para esta manutenção será pela CONTRATADA.

5.29.5 Manutenção Corretiva: tem por finalidade toda mão de obra de adequação, corrigir falhas e defeitos em qualquer módulo dos equipamentos e seus respectivos dutos, difusores e válvulas, estando cobertos por contrato tais como, solda, correção de serpentina, troca e reposição de compressores, troca de peças elétricas e eletrônicas, recolocação de gás (R22, 410A, R141, etc. por conta da CONTRATADA nas situações especificadas abaixo), instalação de equipamento quando se tratar de substituição e adequação dos equipamentos existentes relacionados neste contrato. O atendimento e recolocação em operação deverão ocorrer dentro do prazo de 24 horas, de forma segura e eficaz, a contar da abertura do chamado e/ou 72 horas da entrega da peça para o conserto (se for o caso).

5.29.6 Entende-se por recolocação de gás fréon R22, 410A por conta da CONTRATADA quando o equipamento em sua manutenção preventiva e corretiva estiver abaixo das especificações técnicas informadas pelo fabricante do equipamento;

5.29.7 Entende-se por recolocação de gás fréon R22, 410A por conta da CONTRATANTE quando o equipamento em sua manutenção preventiva e corretiva for efetuada pela troca de peças e derivados ou contaminação do sistemas;

5.29.8 Os custos de ferramentas e equipamentos inclusive andaimes para utilização necessária em toda manutenção será pela CONTRATADA.

5.29.9 Adequação e Projetos: Tem por finalidade orientar descritiva e tecnicamente qualquer adequação de equipamentos visando elaboração de Memorial para nova contratação, adequação e melhoria dos equipamentos atuais, de acordo com as normas vigentes que se enquadre em sistemas de climatização, visando proporcionar as condições operacionais para o setor de Reserva Técnica e de conforto térmico aos ocupantes dos ambientes tais como Temperatura do ar, Renovação do ar, Filtragem do ar, Movimentação do ar, a serem elaborados pelo responsável técnico (Engenheiro mecânico de refrigeração) da CONTRATADA.

Rotinas de manutenção

5.30. A CONTRATADA deverá implantar o Plano de Manutenção Operação e Controle, segundo preconizado pela Portaria nº 3.523, de 28/08/1998 do Ministério da Saúde bem como normas de manutenção ABNT no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Toda a supervisão e gerenciamento do P.M.O.C. deverá ser realizado preferencialmente por meio eletrônico (software, formulários eletrônicos tipo google forms, etc), garantindo sua correta execução, disponibilizando todas as informações à CONTRATANTE de maneira instantânea.

5.31. Mensalmente:

MENSALMENTE

- | | |
|---------|--|
| 5.31.1 | Inspeção geral: verificar fixação, ruídos, vazamentos, isolamentos. |
| 5.31.2 | Verificar pressões de sucção e descarga do compressor. |
| 5.31.3 | Medir corrente tensão do compressor. |
| 5.31.4 | Verificar a elasticidade dos coxins de borracha dos compressores. |
| 5.31.5 | Controlar carga de gás (borbulhamento, sujeira) do circuito refrigerante. |
| 5.31.6 | Verificar vazamentos e gás refrigerante e corrigir. |
| 5.31.7 | Medir superaquecimento, ajustar se necessário. |
| 5.31.8 | Medir subresfriamento, ajustar se necessário. |
| 5.31.9 | Verificar isolamento das tubulações. |
| 5.31.10 | Verificar tensão das correias dos ventiladores. |
| 5.31.11 | Medir corrente dos motores de ventilação. |
| 5.31.12 | Limpeza dos rotores dos motores dos ventiladores. |
| 5.31.13 | Limpeza dos drenos. |
| 5.31.14 | Limpeza das bandejas de condensados. |
| 5.31.15 | Limpeza do aletado da serpentina do condensador. |
| 5.31.16 | Limpeza das bandejas dos condensadores. |
| 5.31.17 | Inspeção limpeza dos filtros de ar. |
| 5.31.18 | Verificar nível de água do sistema e umidificação (quando instalado). |
| 5.31.19 | Inspeção geral dos componentes elétricos: verificar aperto, contato, etc. |
| 5.31.20 | Verificar termostato: atuação e regulação. |
| 5.31.21 | Verificar tensão, corrente de desbalanceamento entre fases e sequência das mesmas dos componentes elétricos. |
| 5.31.22 | Verificar possível aquecimento dos motores. |
| 5.31.23 | Examinar e corrigir tampas soltas, vedação dos gabinetes. |
| 5.31.24 | Verificar e corrigir isolamento térmico dos gabinetes. |
| 5.31.25 | Lubrificação do motor ventilado. |
| 5.31.26 | Verificar folga no eixo dos motores elétricos. |

5.32. Trimestralmente:

TRIMESTRALMENTE

- | | |
|--------|---|
| 5.32.1 | Verificar aperto e contato dos bornes e conexões dos compressores. |
| 5.32.2 | Verificar desgastes das correias dos ventiladores e substituir se necessário. |

- | | |
|--------|---|
| 5.32.3 | Verificar e ajustar fixação das polias. |
| 5.32.4 | Verificar conexões bornes do sistema de aquecimento quando instalado. |
| 5.32.5 | Verificar atuação e sinalização dos painéis de comando dos componentes elétricos. |
| 5.32.6 | Verificar e eliminar pontos de ferrugem dos gabinetes. |
| 5.32.7 | Limpeza e higienização das condensadoras e evaporadoras dos equipamentos. |
| 5.32.8 | Verificação do isolamento térmico e troca quando houver a necessidade. |

5.33. Semestralmente:

SEMESTRALMENTE	
5.33.1	Verificar atuação dos pressostatos:
5.33.2	Verificar dispositivos de proteção (sobrecarga e sobreaquecimento).
5.33.3	Verificar filtros secadores, substituir se necessário.
5.33.4	Verificar funcionamento das válvulas de expansão.
5.33.5	Verificar desgastes dos rolamentos e mancais.
5.33.6	Efetuar a limpeza do aletado da serpentina do evaporador.
5.33.7	Verificar resistência de aquecimento, quando instalado.
5.33.8	Verificar fluxostatos e termostatos de segurança do sistema de aquecimento, quando instalado.
5.33.9	Verificar sistema de umidificação, resistência, chave e bóia de água, quando instalado.
5.33.10	Regulagem de reles de sobrecarga.
5.33.11	Verificar funcionamento dos controles e intertravamento dos componentes elétricos.

5.34. Anualmente:

ANUALMENTE	
5.34.1	Limpeza do condensador resfriado a água;
5.34.2	Efetuar a limpeza de todos os componentes internos incluindo bandejas, ventiladores, difusores de insuflamento, superfícies internas e externas dos equipamentos, casas das máquinas, difusores e válvulas, utilizando produtos e equipamentos adequados para tal limpeza. Os custos tanto de materiais quanto possíveis equipamentos correrão por conta da CONTRATADA.

Chamado Técnico

5.35. Serão realizados quantos chamados técnicos forem necessários, a pedido da CONTRATANTE, sem nenhum tipo de ônus. Caso haja necessidade de atendimentos esporádicos nos finais de semana a CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo atendimento sem qualquer ônus adicional.

5.36. Caso seja necessária retirada e transporte de aparelhos para manutenção, inclusive de aparelhos em garantia, as despesas de deslocamento junto a sua respectiva assistência técnica, correrão por conta da CONTRATADA, portanto devem estar contempladas neste objeto.

5.37. A integridade dos aparelhos e dos funcionários ficará sob encargo da CONTRATADA, sendo que não serão acatadas reclamações relativas a acidentes de qualquer natureza.

Limpeza

5.38. A CONTRATADA deverá efetuar a limpeza dos locais onde forem efetuados os serviços.

5.39. A CONTRATADA deverá proceder à remoção de todos os resíduos, deixando o local completamente desimpedido, bem como cuidadosamente varrido.

5.40. A CONTRATADA deverá remover devidamente do local todos os materiais, equipamentos, peças remanescentes, ferramentas e acessórios.

Entrega

5.41. Concluído o serviço, a CONTRATADA proporá por escrito a entrega à CONTRATANTE.

Recebimento

5.42. Recebida à comunicação de conclusão do serviço, a fiscalização efetuará o recebimento contra recibo.

Prazo para atendimento

5.43. A partir da abertura de chamado de atendimento, será considerado um prazo máximo de 6 horas para execução de serviço de manutenção por aparelho e de 72 horas para execução de serviço caso estejam envolvidas troca de peças danificadas. Prazos diferentes deverão ser negociados com a Fiscalização do Contrato.

5.44. Antes de iniciar o serviço, a CONTRATADA deverá se reunir com o representante da CONTRATANTE para sanar todas as possíveis dúvidas.

Reposição de peças

5.45. *O fornecimento de peças, componentes e acessórios para reposição de partes defeituosas dos sistemas, NÃO está incluso no escopo deste Contrato, sendo de responsabilidade do CONTRATANTE a sua aquisição e disponibilização ao CONTRATADO para substituição.*

5.46. *A CONTRATADA deverá apresentar um relatório detalhado (nome comercial, medidas, modelo, marca, referência etc) da(s) peça(s) necessária(s) para o devido conserto para serem adquiridas corretamente, informando a Tag do equipamento e local de instalação. Se solicitado pelo Contratante, deverá providenciar pelo menos 03 (três) orçamentos detalhados, de fornecedores distintos, para análise e providências do CONTRATANTE visando aquisição das mesmas.*

5.47. *A aquisição será tratada pelo CONTRATANTE em processo específico e à parte deste contrato, objetivando o restabelecimento das condições normais de funcionamento dos equipamentos cobertos pelo contrato de manutenção.*

5.48. *O CONTRATANTE providenciará a aquisição das peças e uma vez adquiridas deverá comunicar e disponibilizá-las ao CONTRATADO, para que este conclua os reparos e restabeleça as condições normais de funcionamento dos equipamentos, sem ônus adicionais ao contrato.*

Descrição geral dos equipamentos

5.49. SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO BLOCO U-6 VIROLOGIA - COMPOSTO POR:
(PATRIMÔNIO : 7961):

COMPONENTES/EQUIPAMENTOS:	
5.49.1	Caixa de controles central;
5.49.2	Caixa de ventilação;
5.49.3	Dutos/Difusores;
5.49.4	Tubulações;
5.49.5	Registros;
5.49.6	Válvulas e Bombas;
5.49.7	01 (um) MULTI SPLIT 3,3 TR 40MSA 40226 SPRINGER 220 MODELO 40MSA 40226;
5.49.8	01 (um) SPLIT CONDESADOR 3,3 TR 38MS040 SPRINGER 220 MODELO 38MS040;
5.49.9	01 (um) SPLIT 10 TR 38MSB120226S SPRINGER 220 MODELO 38MSB120226S;
5.49.10	01 (um) SPLIT 10 TR 40MSB120236TFR SPRINGER 220 MODELO MSB120236TFR;
5.49.11	01 (um) CONDESADOR 5TR HITACHI 220 MODELO 38MSB 60226SFR;
5.49.12	01 (um) SPLIT 5 TR 40MSB060TFR SPRINGER 220 SERIE 3702B58887.

5.50. SISTEMA CENTRAL TIPO RESFRIADOR DE LIQUIDO "WATER CHILLER" BLOCO U-6/LABORATÓRIOS – COMPOSTO POR: (PATRIMONIOS: 6361/6362/6363/6364/6365/6366/6376/6377/6378/6380/6351/6355/6356/6357/6358/6359/7962/7700):

COMPONENTES/EQUIPAMENTOS:	
5.50.1	Caixa de controles central;
5.50.2	Caixa de ventilação e Exaustão;
5.50.3	Dutos/Difusores;
5.50.4	Tubulações;
5.50.5	Registros;
5.50.6	Válvulas
5.50.7	04(quatro) Bombas KSB 50-26 KSB 220 modelo 50-26;
5.50.8	02 (dois) CHILLER CARRIER A AR 50 TR WESTINGHOUSE 220 PD MODELO 30RAB050226U;
5.50.9	04 (quarto) FAN COIL TIPO CASSET YORK MODELO 4KH08G17;
5.50.10	36 (trinta e seis) FAN COIL 42LSA14226 SPRINGER CARRIER MODELO 42LSA14226.
5.50.11	1.11. 01 (uma) Caixa de Ventilação M3/H, Marca TRAYDUS MODELO BBS2803.

5.51. SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL PAV. MARIO COVAS – COMPOSTO POR 05 (CINCO) SISTEMAS CENTRAIS: LABORATORIOS DE ANATOMIA, MICROSCOPIA I E II, DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM E BIBLIOTECA CENTRAL. (PATRIMONIO 7963):

COMPONENTES/EQUIPAMENTOS:	
5.51.1	Componentes / Equipamentos:
5.51.2	Caixa de controles central;
5.51.3	Caixa de ventilação e Exaustão;
5.51.4	Dutos/Difusores;
5.51.5	Tubulações;
5.51.6	Registros;
5.51.7	Válvulas e Bombas;
5.51.8	01 (um) MULTI SPRIT (SPLITAO) SPRINGER CARRIER 20 TR 40MZA240 220 MODELO 40MZA240;
5.51.9	01 (um) MULTI SPRIT (SPLITÃO) SPRINGER CARRIER 20 TR 38MZA240 220 MODELO 38MZA240286S;
5.51.10	02 (dois) SELF A AR 15 TR RP1514A HITACHI 220 MODELO RP1514A;
5.51.11	04 (quatro) CONDENSADOR A AR 7,5 TR RCR764L HITACHI MODELO RCR764L;
5.51.12	02 (dois) SELF A AR 15 TR SRVA150B COLDEX TRANE 220 MODELO SRVA150B;
5.51.13	01 (um) SELF A AR 5 TR RP511AVL HITACHI 220 MODELO RP511AVL;
5.51.14	01 (um) SELF A AR 7,5 TR RP761AVL HITACHI 220 MODELO RP761AVL.

5.52. SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL BIOTERIO – COMPOSTO POR: (PATRIMONIO 7964):

COMPONENTES/EQUIPAMENTOS:	
5.52.1	Caixa de controles central;
5.52.2	Caixa de ventilação e Exaustão;
5.52.3	Dutos/Difusores;
5.52.4	Tubulações;
5.52.5	Registros;
5.52.6	Válvulas e Bombas;
5.52.7	19 (dezenove) SPLIT Aparente Cassete SPRINGER CARRIER Cap. Nominal 18000/h MODELO 38KCD018515MC;
5.52.8	01 (UM) SPLIT Aparente Cassete SPRINGER CARRIER Cap. Nominal 36000/h MODELO 38XCD036515MC;
5.52.9	01 (UM) SPLIT Aparente Piso-Teto Cap. Nominal 24000/h SPRINGER CARRIER MODELO 38XCD036515MC;
5.52.10	01 (UM) MULTI SPLIT Cap.Nominal 5,0TR-Filtro G4 e Caixa de Mistura (UE-22),

SPRINGER CARRIER MODELO 38CCD060535MC/40MSC060236V/40MSC060TCR

5.52.11 01 (UM) Unidade condensadora Cap.Nominal 1,0 TR SPRINGER CARRIER MODELO 38KCA012515MC;

5.52.12 08(OITO) Unidades condensadoras Cap.Nominal 2,0 TR MARCA SPRINGER CARRIER MODELO 38XCD024515MC;

5.52.13 01 (UM) Unidades condensadoras Cap.Nominal 3,0 TR MARCA SPRINGER CARRIER MODELO 38CCD036515MC;

5.52.14 03 (TRÊS) Unidades condensadoras Cap.Nominal 4,0 TR MARCA SPRINGER CARRIER MODELO 38CCD048535MC;

5.52.15 02(DUAS) Unidades condensadoras Cap.Nominal 5,0 TR MARCA SPRINGER CARRIER MODELO 38CCD060535MC;

5.52.16 01 (UMA) Unidade de Tratamento Cap.Nominal 7,00TR-c/ Aquecim., Umidific-Filtro G4/F9/Carvão Ativado - Atenuador de ruído MARCA TRAYDUS MODELO TED-070-7;

5.52.17 01 (UMA) Unidade de Tratamento Cap.Nominal 12,50TR-c/ Aquecim.e Umidific-Filtro G4/F9/Carvão Ativado MARCA TRAYDUS MODELO TED-110-12,5/2;

5.52.18 01 (UMA) Unidade de Tratamento Cap.Nominal 4,00TR-Filtro G4/F9/Carvão Ativado - Atenuador de ruído MARCA TRAYDUS MODELO TED-050-4-3R;

5.52.19 01 (UMA) Unidade de Tratamento Cap.Nominal 12,50TR-Filtro G4/F9/Carvão Ativado - Atenuador de ruído MARCA TRAYDUS MODELO TED-060-12,5/2-6R;

5.52.20 01(UMA) Unidade de Tratamento Cap.Nominal 8,00TR-Filtro G4 - Atenuador de ruído MARCA TRAYDUS MODELO ESC-020-8,0/1+1;

5.52.21 01 (UMA) Unidade de Tratamento Cap.Nominal 4,00TR-Filtro G4 - Atenuador de ruído(UT-06) MARCA TRAYDUS MODELO ESC-030-4,0/2-4R;

5.52.22 01(UMA) Unidade de Tratamento Cap.Nominal 4,00TR-Filtro G4 - Atenuador de ruído(UT-07) MARCA TRAYDUS MODELO ESC-030-4,0/2-5R;

5.52.23 01(UMA) Unidade de Tratamento Cap.Nominal 1,00TR-Filtro G4 - Atenuador de ruído(UT-08) MARCA TRAYDUS MODELO ESC-010-1;

5.52.24 01(UM) Unidade de Tratamento Cap.Nominal 4,00TR-Filtro G4 - Atenuador de ruído MARCA TRAYDUS MODELO ESC-020-4,0/2;

5.52.25 01(UMA) Caixa de Exaustão 325 m3/h / - 15mca - FILTRO G4 MARCA TRAYDUS MODELO VSC-E-0,5;

5.52.26 01(UMA) Caixa de Exaustão 870 m3/h / - 15mca - FILTRO G4 MARCA TRAYDUS MODELO VSC-01;

5.52.27 02(DUAS) Caixa de Exaustão 1100 m3/h / - 15mca - FILTRO G4 MARCA TRAYDUS MODELO VSC-02;

5.52.28 02(DOIS) EXAUSTOR Centrífugo 2325 m3/h e 2730 m3/h-15 mca MARCA BERLINER MODELO BRSS 280-3;

5.52.29 02(DOIS) EXAUSTOR Centrífugo 500 m3/h -15 mca MARCA BERLINER MODELO BRSS 160-3;

5.52.30 04(QUATRO) EXAUSTOR AXIAL MURO 150A-150 m3/h -6,6 mca MARCA BERLINER MODELO MURO 150A;

5.52.31	02(DUAS) Caixa de Filtragem 2325m3/h C/Filtro Carvão Ativado (CF-01) MARCA TRAYDUS MODELO CXFT.
---------	---

5.53. SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL DO AUDITORIO CENTRAL BLOCO U9 – COMPOSTO POR:

COMPONENTES/EQUIPAMENTOS:	
5.53.1	Caixa de controles central;
5.53.2	Caixa de ventilação e Exaustão;
5.53.3	Dutos / Difusores;
5.53.4	Tubulações;
5.53.5	Registros;
5.53.6	Painéis elétricos;
5.53.7	Valvulas e Bombas;
5.53.8	Split High Wall Inverter – frio – Carrier – 9000 Btus – alimentação 220 voltz – Gás r-410 R. Qudrao TAF EU-01 ;
5.53.9	Split High Wall Inverter – frio – Carrier – 9000 Btus – alimentação 220 voltz – Gás r-410 R. Qudrao TAF EU-10;
5.53.10	1.10.Split High Wall Inverter – frio – Carrier – 9000 Btus – alimentação 220 voltz – Gás -410 R. Qudrao TAF EU-11;
5.53.11	Split High Wall Inverter – frio – Carrier – 22.000 Btus – alimentação 220 voltz – Gás -410 R. Qudrao TAF EU-02;
5.53.12	Splitão Convencional Marca Hitachi – Capacidade 90.000 Btus – 7,5 TR – Gás R410A – Modelo RTC+RVT075CXP – Modelo Cond 1 RAP075ESS – alimentação 220VOLTz. Qudrao TAF EU-04;
5.53.13	Splitão Convencional Marca Hitachi – Capacidade 120.000 Btus – 10 TR – Gás R410A Modelo RTC+RVT100CXP – Modelo Cond. 1 RAP050ESS – alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-05;
5.53.14	Splitão Convencional Marca Hitachi – Capacidade 120.000 Btus – 10 TR – Gás R410A Modelo RTC+RVT100CXP – Modelo Cond. 1 RAP050ESS – alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-19;
5.53.15	Splitão Convencional Marca Hitachi – Capacidade 150.000 Btus – 12,5 TR – Gás R410A Modelo RTC+RVT125CXP – Modelo Cond. 1 RAP080ESS – alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-07;
5.53.16	Splitão Convencional Marca Hitachi – Capacidade 150.000 Btus – 12,5 TR – Gás R410A Modelo RTC+RVT125CXP – Modelo Cond. 1 RAP080ESS – alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-08;
5.53.17	Splitão Convencional Marca Hitachi – Capacidade 240.000 Btus – 20,5 TR – Gás R410A Modelo RTC+RVT200CXP – Modelo Cond. 1 RAP1100ESS – alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-09;
5.53.18	Split Cassete Convencional – Quente Frio – Marca Carrier – 36.000Btus – 3 TR – Gás R410A – Modelo 40KWQC36C5 –alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-12;

- 5.53.19 Split Cassete Convencional – Quente Frio – Marca Carrier – 36.000Btus – 3 TR – Gás R410A – Modelo 40KWQC36C5 –alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-13;
- 5.53.20 Split Cassete Convencional – Quente Frio – Marca Carrier – 36.000Btus – 3 TR – Gás R410A – Modelo 40KWQC36C5 –alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-14;
- 5.53.21 Split Cassete Convencional – Quente Frio – Marca Carrier – 36.000Btus – 3 TR – Gás R410A – Modelo 40KWQC36C5 –alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-15;
- 5.53.22 Split Cassete Convencional – Quente Frio – Marca Carrier – 48.000Btus – 4 TR – Gás R410A – Modelo 40KWQC48C5 –alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-16;
- 5.53.23 Split Cassete Convencional – Quente Frio – Marca Carrier – 48.000Btus – 4 TR – Gás R410A – Modelo 40KWQC48C5 –alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-17;
- 5.53.24 Split Cassete Convencional – Quente Frio – Marca Carrier – 48.000Btus – 4 TR – Gás R410A – Modelo 40KWQC48C5 –alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-18;
- 5.53.25 Split Cassete Convencional – Quente Frio – Marca Carrier – 48.000Btus – 4 TR – Gás R410A – Modelo 40KWQC48C5 –alimentação 220 Voltz. Qudrao TAF EU-19;

5.54. Equipamento de Ar tipo: Split, Fan Coll, Sistema Central e Piso Teto:

Item	Nº Patr.	LOCALIZAÇÃO	Descrição do Equipamento	MARCA	BTUs
1	6206	35-Diretoria Adjunta de Alunos e SOPPA	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Springer	7.000
2	6255	66-Lab. De Pesquisa em Epidemiologia – NVE	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	9.000
3	5163	155-Secretaria Geral	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	9.000
4	5164	2-Contabilidade/Orçamentário e Financeiro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	9.000
5	6200	155-Secretaria Geral	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	9.000
6	6235	201-Psicologia e Saúde/Bloco da Coordenação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	9.000
7	6236	69-Portaria 2 - Entrada HB	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e	Fujitsu	9.000

			Condensadora)		
8	6297	84-Pavilhão MC/Terreiro/Biblioteca e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	9.000
9	6299	84-Pavilhão MC/Terreiro/Biblioteca e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	9.000
10	6301	84-Pavilhão MC/Terreiro/Biblioteca e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	9.000
11	6307	78-Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	9.000
12	6344	76-Núcleo de Informática – Desenvolvimento	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	9.000
13	6350	78-Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	9.000
14	7347	156-Diretoria Adjunta de Pesquisa	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
15	7350	47-Farmacologia - Gabinete Profa. Rosana	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
16	7351	42-Seviço de Verificação de Óbito e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
17	7352	57-Pavilhão Moyses Haddad/Gabinete Prof. Luiz Carlos de Mattos	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
18	7353	58-Pavilhão Moyses Haddad/Gabinete Prof. Brandão	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
19	7354	30-Centro de Recursos Humanos e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo	SAMSUNG	9.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
20	7355	23-Gabinete do Chefe Departamento de Medicina II	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
21	7356	27-Departamento de Cirurgia Pediátrica	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
22	7357	22-Departamento de Medicina I	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
23	7358	59-Pavilhão Moyses Haddad/Gabinete Dr. Dulcimar	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
24	7359	82-Portaria 3 - Entrada FAEPE	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
25	7360	35-Diretoria Adjunta de Alunos e SOPPA	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
26	7361	156-Diretoria Adjunta de Pesquisa	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
27	7362	157-Diretoria Adjunta de Extensão	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
28	7363	17-Diretoria Adjunta de Administração	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
29	7364	34-Laboratório de Psicologia e Saúde	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
30	7365	218-Pavilhão Moyses Haddad/Gabinete Profa. Cinara	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
31	7366	200-Gestão de Contratos	Aparelho de ar condicionado tipo	SAMSUNG	9.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
32	7367	29-Sala de Reuniões Departamento de Cirurgia Pediátrica	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	9.000
33	7721	84-Pavilhão MC/Terreiro/Biblioteca e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	9.000
34	8352	202-BL U4-Anexo ao Fleury/Diretoria Adjunta de Ensino/Gabinete Jania	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	9.000
35	8353	228-BL U4-Anexo ao Fleury/Núcleo de Processos Avaliativos	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	9.000
36	8354	158-BL U4-Anexo ao Fleury/NAD	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	9.000
37	8655	148-Pavilhão MC/2º Andar/Gabinete Profa. Ana Cláudia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
38	8660	30-Centro de Recursos Humanos e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
39	8661	75-Núcleo de Informática – Suporte	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
40	8662	71-Almoxarifado	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
41	8663	220-Setor de Compras	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
42	8656	178-BL U7-1º ANDAR/Laboratório de Habilidades e Simulação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
43	8657	178-BL U7-1º ANDAR/Laboratório de Habilidades e Simulação	Aparelho de ar condicionado tipo	CARRIER	9.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
44	8658	178-BL U7-1º ANDAR/Laboratório de Habilidades e Simulação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
45	8659	178-BL U7-1º ANDAR/Laboratório de Habilidades e Simulação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
46	8351	74-Centro Acadêmico Enfermagem	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	9.000
47	8350	74-Centro Acadêmico Enfermagem	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	9.000
48	8349	83-Pavilhão Fleury/Terreiro/Secretária do Pavilhão	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	9.000
49	9483	178-BL U7-1º ANDAR/Laboratório de Habilidades e Simulação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
50	9484	178-BL U7-1º ANDAR/Laboratório de Habilidades e Simulação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	9.000
51	9725	38-Laboratório de Anatomia Humana/Medicina	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CONSUL	9.000
52	9726	156-Diretoria Adjunta de Pesquisa	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CONSUL	9.000
53	9727	38-Laboratório de Anatomia Humana/Medicina	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CONSUL	9.000
54	9728	38-Laboratório de Anatomia Humana/Medicina	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CONSUL	9.000
55	S/P	NÃO INFORMADO	Aparelho de ar condicionado tipo	ELGIN	9.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
56	6086	NÃO INFORMADO	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
57	6198	79-Pós-Graduação Stricto Sensu	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
58	6257	64-Lab. De Pesquisa em Epidemiologia - Gabinete Prof. Kazuo	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
59	6259	65-Lab. De Pesquisa em Epidemiologia - LACIS Prof.Kazuo	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
60	5261	30-Centro de Recursos Humanos e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	12.000
61	5463	71-Almoxarifado	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	12.000
62	5464	226-Psicologia - Gabinete Prof. Nelson	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	12.000
63	5698	34-Laboratório de Psicologia e Saúde	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	12.000
64	5701	155-Secretaria Geral	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	12.000
65	6234	201-Psicologia e Saúde/Bloco da Coordenação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
66	6203	197-Psicologia e Saúde/Sala dos Professores	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
67	6282	147-Pavilhão MC/2º Andar/Gabinete Profa. Alba	Aparelho de ar condicionado tipo	Fujitsu	12.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
68	6284	28-Gabinete Dr. Humberto	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
69	6286	149-Pavilhão MC/2º Andar/Gabinete Prof. Julio/Profa. Thais	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
70	6288	146-Pavilhão MC/2º Andar/Gabinete Profa. Vania	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
71	6291	151-Pavilhão MC/2º Andar/Laboratório de Macroscopia/SEPLAM	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
72	6292	112-Pavilhão MC/1º Andar/Coordenação de Enfermagem e Secretaria	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Carrier	12.000
73	6349	79-Pós-Graduação Stricto Sensu	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	12.000
74	7264	54-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório de Fisiologia Experimental/1	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	12.000
75	7265	54-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório de Fisiologia Experimental/1	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	12.000
76	7329	43-Setor de Patrimônio	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
77	7330	61-Pavilhão Moyses Haddad/Departamento de Patologia e Medicina Legal	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
78	7331	50-Laboratório de Pesquisa e Extensão em Fisioterapia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
79	7333	1-Diretoria Geral	Aparelho de ar condicionado tipo	SAMSUNG	12.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
80	7334	1-Diretoria Geral	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
81	7335	1-Diretoria Geral	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
82	7337	197-Psicologia e Saúde/Sala dos Professores	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
83	7338	25-Departamento de Cirurgia Geral	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
84	7339	75-Núcleo de Informática - Suporte	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
85	7340	212-Psicologia - Gabinete Prof. Eduardo	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
86	7341	34-Laboratório de Psicologia e Saúde	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
87	7342	26-Sala de Reuniões Departamento de Cirurgia Geral	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
88	7343	35-Diretoria Adjunta de Alunos e SOPPA	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
89	7344	42-Seviço de Verificação de Óbito e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
90	7345	81-Centro Acadêmico Psicologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
91	7346	56-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório de Fisiologia	Aparelho de ar condicionado tipo	SAMSUNG	12.000

		Experimental/Biotério	Split(Evaporadora e Condensadora)		
92	7348	157-Diretoria Adjunta de Extensão	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
93	7349	70-Manutenção - Gerência	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
94	7722	205-Arquivo Inativo	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	12.000
95	6271	201-Psicologia e Saúde/Bloco da Coordenação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	12.000
96	7332	173-BL U6-Laboratório de Virologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
97	8472	74-Centro Acadêmico Enfermagem	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	MIDEA	12.000
98	8473	74-Centro Acadêmico Enfermagem	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	MIDEA	12.000
99	9481	160-BL U4-Anexo ao Fleury/Gabinete Profa. Alba	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
100	9482	162-Centro de Convenções	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	12.000
101	6347	NÃO INFORMADO	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPRINGER	12.000
102	8471	219-BI U6 - Laboratório Multiusuário HPLC	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	MIDEA	12.000
103	6224	78-Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos	Aparelho de ar condicionado tipo	Fujitsu	12.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
104	9729	44-Gabinete Dr. Vilela	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	PHILCO	12.000
105	9730	42-Seviço de Verificação de Óbito e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	PHILCO	12.000
106	9731	42-Seviço de Verificação de Óbito e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	PHILCO	12.000
107	4436	217-BI U6 - Gabinete Profa. Alessandra Vidotto	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Elgin	18.000
108	5165	220-Setor de Compras	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	18.000
109	5166	2-Contabilidade/Orçamentário e Financeiro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	18.000
110	5192	166-BL U6-Lab. de Marcadores Moleculares e Bioinformática Médica	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	18.000
111	5700	16-Arquivo e Documentação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	18.000
112	6238	88-Pavilhão Fleury/Terreiro/Sala Vigilantes	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	18.000
113	6274	145-Pavilhão MC/2º Andar/ Depto. de Biologia Molecular/Secretaria	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Springer	18.000
114	7336	49-Laboratório de Farmacologia da Inflamação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	18.000
115	7369	1-Diretoria Geral	Aparelho de ar condicionado tipo	SAMSUNG	18.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
116	7370	80-FAEPE	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	18.000
117	6239	80-FAEPE	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	18.000
118	7371	34-Laboratório de Psicologia e Saúde	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	18.000
119	7372	60-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório Didático de Patologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	18.000
120	7373	53-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório de Imunogenética	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	18.000
121	7723	84-Pavilhão MC/Terreiro/Biblioteca e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	18.000
122	7837	1009-PARA AJUSTE TEMPORÁRIO	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Midea	18.000
123	7964	77-TI - Datacenter	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPRINGER CARRIER	18.000
124	8195	38-Laboratório de Anatomia Humana/Medicina	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	18.000
125	8196	38-Laboratório de Anatomia Humana/Medicina	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	18.000
126	8826	79-Pós-Graduação Stricto Sensu	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	MIDEA	18.000
127	8355	229-BL U4-Anexo ao Fleury/NUPE 2	Aparelho de ar condicionado tipo	SAMSUNG	18.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
128	8356	227-BL U4-Anexo ao Fleury/NUPE 1 Coordenação e Secretaria de Internato	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	18.000
129	8357	158-BL U4-Anexo ao Fleury/NAD	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	18.000
130	8358	158-BL U4-Anexo ao Fleury/NAD	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	18.000
131	9627	97-Pavilhão Fleury/Terreiro/Recursos Audio Visuais Escolares / RAVE	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	18.000
132	9736	22-Departamento de Medicina I	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMEKO	18.000
133	9737	42-Seviço de Verificação de Óbito e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMEKO	18.000
134	9735	42-Seviço de Verificação de Óbito e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMEKO	18.000
135	9739	17-Diretoria Adjunta de Administração	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMEKO	18.000
136	9738	156-Diretoria Adjunta de Pesquisa	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMEKO	18.000
137	10015	195-BL U7-2º ANDAR/ Prédio do Biotério - LIMC	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	AGRATO	18.000
138	10028	BI U7-2ºPavimento/Biotério e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	YORK	18.000
139	7368	172-BL U6-UPGEM	Aparelho de ar condicionado tipo	SPRINGER	22.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
140	7374	172-BL U6-UPGEM	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPRINGER	22.000
141	4432	113-Pavilhão MC/1º Andar/Coordenação de Enfermagem Sala de Reuniões	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
142	4433	101-Pavilhão MC/1º Andar/Departamento de Saúde Coletiva e Orientação Profissional	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
143	4434	102-Pavilhão MC/1º Andar/Departamento de Enfermagem Geral	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
144	4435	100-Pavilhão MC/1º Andar/Departamento de Enfermagem Especializada	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
145	6223	221-Pavilhão MC/1º Andar/Sala 0	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	24.000
146	6226	80-FAEPE	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
147	6228	80-FAEPE	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
148	6244	188-BL U7-Térreo/Depósito Técnicas Cirúrgicas	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
149	6245	141-Pavilhão MC/2º Andar/Laboratório de Histotecnologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
150	6252	55-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório de Fisiologia Experimental/2	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
151	6296	114-Pavilhão MC/1º Andar/LATAPS-CGE	Aparelho de ar condicionado tipo	Fujitsu	24.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
152	6303	80-FAEPE	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	24.000
153	6342	185-COREME	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	24.000
154	7321	34-Laboratório de Psicologia e Saúde	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	24.000
155	7322	14-Pavilhão Tognola/Sala de Reuniões/Corredor e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	24.000
156	7323	40-Laboratório de Otoneuro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	24.000
157	7324	40-Laboratório de Otoneuro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	24.000
158	7325	84-Pavilhão MC/Terreio/Biblioteca e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	24.000
159	7326	84-Pavilhão MC/Terreio/Biblioteca e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	24.000
160	7327	84-Pavilhão MC/Terreio/Biblioteca e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	24.000
161	7328	38-Laboratório de Anatomia Humana/Medicina	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	24.000
162	8031	80-FAEPE	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LG	24.000
163	9477	1-Diretoria Geral	Aparelho de ar condicionado tipo	SAMSUNG	24.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
164	9478	141-Pavilhão MC/2º Andar/Laboratório de Histotecnologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	24.000
165	9479	141-Pavilhão MC/2º Andar/Laboratório de Histotecnologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	24.000
166	8468	74-Centro Acadêmico Enfermagem	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	24.000
167	8465	159-BL U4-Anexo ao Fleury/Auditório	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	24.000
168	8466	159-BL U4-Anexo ao Fleury/Auditório	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	24.000
169	8467	154-BL U4-Anexo ao Fleury/Vida Escolar	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	24.000
170	9476	162-Centro de Convenções	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	24.000
171	9475	1-Diretoria Geral	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SAMSUNG	24.000
172	9669	53-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório de Imunogenética	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Elgin	24.000
173	S/N	PORTARIA BLOCO U6	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELETROLUX	24.000
174	9814	169-BL U6-Lab. Inv. Neuromuscular	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	FUJITSU	27.000
175	6309	84-Pavilhão MC/Terreiro/Biblioteca e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo	Elgin	30.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
176	6305	79-Pós-Graduação Stricto Sensu	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	30.000
177	8032	140-Pavilhão MC/2º Andar/Sala 07	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	32.000
178	5699	215-PSICO - Empresa Junior	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELECTROLUX	36.000
179	6261	75-Núcleo de Informática - Suporte	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Carrier	36.000
180	7297	177-BI U7-Térreo/Laboratório de Técnica Cirurgica	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	36.000
181	7298	199-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 05	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	36.000
182	7299	39-Anfiteatro de Otoneuro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	36.000
183	7300	205-Arquivo Inativo	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	36.000
184	7301	63-Lab. De Pesquisa em Epidemiologia e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	36.000
185	7302	95-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 06	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	36.000
186	7303	2-Contabilidade/Orçamentário e Financeiro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	36.000
187	7304	95-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 06	Aparelho de ar condicionado tipo	CARRIER	36.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
188	7305	96-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 07	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	36.000
189	7306	96-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 07	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	CARRIER	36.000
190	6294	111-Pavilhão MC/1º Andar/Sala de Convivência	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	40.000
191	7307	91-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
192	7308	91-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
193	7309	92-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 02	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
194	7310	92-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 02	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
195	7311	93-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 03	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
196	7312	93-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 03	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
197	7313	94-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 04	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
198	7314	94-Pavilhão Fleury/1º Andar/Sala 04	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
199	7315	85-Pavilhão Fleury/Terreo/Sala 08	Aparelho de ar condicionado tipo	ELGIN	48.000

			Split(Evaporadora e Condensadora)		
200	7316	85-Pavilhão Fleury/Terreo/Sala 08	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
201	7317	62-Depto. de Epidemiologia e Saúde Coletiva - Desc	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
202	7319	18-Protocolo	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
203	7318	62-Depto. de Epidemiologia e Saúde Coletiva - Desc	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
204	7320	76-Núcleo de Informática - Desenvolvimento	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	48.000
205	10071	Anexo Fleury/Auditório	Aparelho de ar condicionado tipo Piso Teto(Evaporadora e Condensadora)	TCL	55.000
206	6083	178-BL U7-1º ANDAR/Laboratório de Habilidades e Simulação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	56.000
207	6084	178-BL U7-1º ANDAR/Laboratório de Habilidades e Simulação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	56.000
208	6085	178-BL U7-1º ANDAR/Laboratório de Habilidades e Simulação	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	56.000
209	6374	174-BL U6-NPBIM	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Fujitsu	56.000
210	5233	79-Pós-Graduação Stricto Sensu	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	MIDEA	60.000

211	5234	173-BL U6-Laboratório de Virologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	MIDEA	60.000
212	5260	30-Centro de Recursos Humanos e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
213	6269	53-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório de Imunogenética	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	LGE	60.000
214	6275	223-Pavilhão MC/2º Andar/Sala 09	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Carrier	60.000
215	6277	224-Pavilhão MC/2º Andar/Sala 10	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Carrier	60.000
216	6279	222-Pavilhão MC/2º Andar/Sala 08	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	Carrier	60.000
217	6384	60-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório Didático de Patologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
218	6385	60-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório Didático de Patologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
219	7245	52-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório de Bioquímica	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
220	7246	45-Laboratório de Mecânica Vascular e Função Endotelial	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
221	7247	87-Pavilhão Fleury/Terreiro/Anfiteatro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
222	7248	87-Pavilhão Fleury/Terreiro/Anfiteatro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000

223	7249	87-Pavilhão Fleury/Terreiro/Anfiteatro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
224	7250	87-Pavilhão Fleury/Terreiro/Anfiteatro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
225	7251	105-Pavilhão MC/1º Andar/Sala 01	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
226	7252	106-Pavilhão MC/1º Andar/Sala 02	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
227	7253	107-Pavilhão MC/1º Andar/Sala 03	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
228	7254	108-Pavilhão MC/1º Andar/Sala 04	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
229	7255	109-Pavilhão MC/1º Andar/Sala 05	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
230	7256	110-Pavilhão MC/1º Andar/Sala 06	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
231	7257	41-Anfiteatro Central Raul de Aguiar Ribeiro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
232	7258	41-Anfiteatro Central Raul de Aguiar Ribeiro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
233	7259	41-Anfiteatro Central Raul de Aguiar Ribeiro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
234	7260	41-Anfiteatro Central Raul de Aguiar Ribeiro	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000

235	7261	38-Laboratório de Anatomia Humana/Medicina	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
236	7262	38-Laboratório de Anatomia Humana/Medicina	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
237	7263	54-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório de Fisiologia Experimental/1	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
238	7703	60-Pavilhão Moyses Haddad/Laboratório Didático de Patologia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
239	8665	14-Pavilhão Tognola/Sala de Reuniões/Corredor e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	60.000
240	8664	14-Pavilhão Tognola/Sala de Reuniões/Corredor e Adjacências	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	60.000
241	8824	150-Pavilhão MC/2º Andar/Laboratório de Macroscopia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
242	8825	150-Pavilhão MC/2º Andar/Laboratório de Macroscopia	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	KOMECO	60.000
243	7967	77-TI - Datacenter	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPRINGER CARRIER	60.000
244	7965	77-TI - Datacenter	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPRINGER CARRIER	60.000
245	7966	77-TI - Datacenter	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	SPRINGER CARRIER	60.000
246	S/N	MUSEU	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	MIDEA	60.000

247	S/N	MUSEU	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	MIDEA	60.000
248	6383	LAB ANATOMIA HUMANA/MEDICINA	Aparelho de ar condicionado tipo Split(Evaporadora e Condensadora)	ELGIN	80.000
249	9584	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
250	9592	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
251	9588	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
252	9593	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
253	9581	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
254	9587	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
255	9589	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
256	9586	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
257	9590	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
258	9591	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
259	9585	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
260	9582	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000
261	9583	BIOTERIO-LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	CARRIER	24.000

262	8827	BIOTERIO – LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	KOMECO	36.000
263	8828	BIOTERIO – LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	KOMECO	36.000
264	8829	BIOTERIO – LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	KOMECO	36.000
265	8830	BIOTERIO – LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	KOMECO	36.000
266	8831	BIOTERIO – LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	KOMECO	36.000
267	9480	BIOTERIO – LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	KOMECO	36.000
268	8832	BIOTERIO – LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	KOMECO	48.000
269	8833	BIOTERIO – LAB. HABILIDADES	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	KOMECO	48.000
270	6311	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
271	6313	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
272	6315	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
273	6317	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
274	6319	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
275	6321	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
276	6323	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
277	6325	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000

278	6327	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
279	6329	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
280	6331	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
281	6333	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
282	6335	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
283	6337	Centro de Convenções	Aparelho de Ar Condicionado tipo Cassete	LG	60.000
284	Vide	U-6 VIROLOGIA	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO BLOCO U-6 VIROLOGIA	Diversas	Diversas
285	Vide	BLOCO U-6/LABORATÓRIOS	SISTEMA CENTRAL TIPO RESFRIADOR DE LIQUIDO "WATER CHILLER" BLOCO U-6/LABORATÓRIOS	Diversas	Diversas
286	Vide	PAV. MARIO COVAS – DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL PAV. MARIO COVAS DEP.ENF.	Diversas	Diversas
287	Vide	PAV. MARIO COVAS BIBLIOTECA CENTRAL	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL PAV. MARIO COVAS – BIBLIOTECA	Diversas	Diversas
288	Vide	PAV.MARIO COVAS – LABORATORIOS DE MICROSCOPIA I	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL PAV. MARIO COVAS – LAB.	Diversas	Diversas

			MICROSCOPIA I		
289	Vide	PAV.MARIO COVAS – LABORATORIOS DE MICROSCOPIA II	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL PAV. MARIO COVAS – LAB. MICROSCOPIA II	Diversas	Diversas
290	Vide	PAV.MARIO COVAS – LABORATORIO DE ANATOMIA	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL PAV. MARIO COVAS – LABORATORIO DE ANATOMIA	Diversas	Diversas
291	Vide	BIOTERIO	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO CENTRAL BIOTERIO	Diversas	Diversas
292	5028	Laboratório Vetores SUCEN	Sistema de Ar condicionado c/ dutos isolados e rechapeados, sistema de controle de temperatura e umidade digital, umidificador 4L/H; condens,; bateria de aquecimento c/conversor; quadro interno e externo.	Comparco	5028
293	Vide	AUDITORIO CENTRAL BLOCO U6	SISTEMA CENTRAL DE AR CONDICIONADO DO AUDITORIO CENTRAL – BLOCO U6	C/DUTOS	Diversas

Local e horário da prestação dos serviços

5.55. Os serviços serão prestados nas dependências da FAMERP, Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 5416, Bairro São Pedro – SP;

5.56. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07:30 as 17:00.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.57. Para o dimensionamento da proposta os interessados deverão se atentar nas características descritas no item 5. e subitens deste Termo de Referência.

5.58. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.59. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.60. A CONTRATADA deverá entregar o TERMO DE GARANTIA na conclusão do serviço.

Uniformes

5.61. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.61.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

UNIFORME	
ITENS	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO
CALÇA	2
CAMISETA MANGA CURTA	2
SAPATO/TÊNIS COM SOLADO EMBORRACHADO	1
CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO	1

5.61.1.1. A entrega dos uniformes completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.61.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade;

5.61.3 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, e deverão ser substituídos sempre que estiverem apertados;

5.61.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.62. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. *A Contratada deverá manter preposto no local da execução do objeto durante o período*

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

- 6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);
- 6.16. *A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.*
- 6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6)
- 6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023)
- 6.26. *A fiscalização da execução dos serviços seguirá o disposto no Anexo VI.*
- 6.27. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas,

vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratada que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1 no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.4. cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m).

6.33.2 até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.33.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.2.2. certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.33.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.33.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.3 quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (artigo 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.33.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.33.3.2. cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o contratante;

6.33.3.3. cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigada por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.33.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.4 a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.33.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade da Contratada sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.33.4.2. documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados

6.33.4.3. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.4.4. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.33.4.5. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.34. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam os subitens anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa à Contratada, conforme previsto no instrumento da contratação (artigo 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.35. Sempre que houver admissão de novo empregado pela contratada, os documentos correspondentes aos exigidos no primeiro mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pela Contratada de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.36. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

6.37.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.37.2 Para fins de comprovação da tentativa a que se refere este item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.37.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.38. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.39. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.41. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.42. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.43. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (artigo 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.43.1 Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido à Contratada.

6.43.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas nesse subitem.

6.43.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados da contratada não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados da Contratada por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.44. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.45. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.46. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.47. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.48. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.49. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.50. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.51. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.52. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.53. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.54. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.55. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VI.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023)

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.8.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.8.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até

que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

7.12. *O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.*

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *05 (cinco)* dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.15.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4 Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção,

prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.20.1 o prazo de validade;

7.20.2 a data da emissão;

7.20.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.20.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.20.5 o valor a pagar; e

7.20.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.30.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.32.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como *microempreendedor individual* que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.21.1 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.22. *balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

8.22.1 *Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*

8.22.2 *Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;*

8.22.3 *Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*

8.22.4 *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;*

8.22.5 *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;*

8.22.6 *Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.*

8.23. *Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV.2, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:*

8.23.1 *a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*

8.23.2 *caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.*

8.23.3 *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).*

8.24. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.25. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;*

8.25.1 *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.26. *Certidão de Registro da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA/SP. No caso da sede da licitante pertencer à outra região, o certificado de registro emitido pelo CREA da região de origem deverá conter o visto da homologação do CREA/SP, em plena validade;*

8.26.1 *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

8.27. *Relação dos membros que integram a equipe técnica da empresa, e que se responsabilizarão pela execução dos serviços.*

8.28. *Indicação do profissional que será responsável pelo comando dos serviços, com experiência em serviços de características análogas no mínimo de 03 (três) anos, demonstrada por meio de certidão de acervo técnico CAT / CREA.*

Qualificação Técnico-Operacional

8.29. *Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.29.1 *Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):*

8.29.1.1. *Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;*

8.29.1.2. *Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;*

8.29.1.3. *Identificação do(s) profissional(is) que será(ao) responsável(eis) pelo comando dos serviços, com experiência em serviços de características análogas, demonstrada por meio de certidão de acervo técnico (CAT) do CREA*

8.29.2 *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5/2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022, c/c o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.*

8.29.3 *Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.*

8.29.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.29.5 O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.31. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

8.32. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.32.1 01 (um) Engenheiro Supervisor dos Serviços, com capacidade comprovada por Acervo Técnico compatível aos serviços de manutenção desta instalação;

8.32.2 01 (um) Mecânico de Refrigeração (técnico mais especializado em sistemas chiller, fan coils, automação, etc), residente, com conhecimentos comprovados por curso específico. Este funcionário deverá ter permanência de no mínimo 44 horas semanais no local dos serviços via controle biométrico.

8.32.3 01 (um) Auxiliar de Mecânico de Ar Condicionado, residente, que deve ser treinado para serviços gerais e de limpeza. Este funcionário deverá ter permanência de no mínimo 44 horas semanais no local dos serviços via controle biométrico.

8.32.4 01 (um) Meio Oficial de Ar Condicionado para apoio em assistência técnica eventual (sempre que solicitado pelo CONTRATANTE dependendo da demanda), sanando problemas de quebras ou paradas de equipamentos.

8.32.5 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

8.32.6 A comprovação do vínculo profissional a que se refere este item pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o fornecedor apresentar cópia do contrato social atualizado.

8.32.7 Deve a licitante apresentar relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado neste item.

8.32.8 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Outras comprovações

8.33. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.34. *Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:*

8.34.1 *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) *Designação do consórcio e sua composição;*
- b) *Finalidade do consórcio;*
- c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" deste subitem;*

8.34.2 *O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.*

8.34.3 *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

8.34.4 *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.*

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$592.250,00 (quinhentos e noventa e dois mil e duzentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

PESQUISA DE PREÇO

EMPRESA	QUANTIDADE DE MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	15	R\$ 53.600,00	R\$ 804.000,00
2	15	R\$ 33.950,00	R\$ 509.250,00
3	15	R\$ 30.900,00	R\$ 463.500,00
		VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR MÉDIO TOTAL
		R\$ 39.483,00	R\$ 592.250,00

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da FAMERP.*

10.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

São José do Rio Preto, 24 de maio de 2024.

Alexandre dos Santos da Mata Campos
Auxiliar de Contabilidade

Francisco de Assis Cury
Autoridade Competente

ANEXO I.i
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Categoria do objeto: SERVIÇOS

Número da contratação: Não se aplica.

Nº do processo administrativo: 142.00000224/2024-55

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A necessidade de contratação de empresa especializada em manutenção de aparelhos de ar condicionado se dá, pois a FAMERP possui cerca de 700 (setecentos) aparelhos de ar condicionado de diversas marcas, modelos, potências e finalidades específicas, instalados no campus, áreas administrativas, bem como laboratoriais, sendo que a manutenção regular é imprescindível para garantir que os equipamentos funcionem de forma eficiente, proporcionando economia de energia e aumento da vida útil dos aparelhos. Além disso, a manutenção adequada ajuda a garantir um ambiente de trabalho confortável para alunos e funcionários, impactando positivamente no bem estar de todos e a Instituição não possui funcionários capacitados para realizar este serviço.

3. ÁREA REQUISITANTE

Patrimônio – Alexandre dos Santos da Mata Campos

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A manutenção eficaz dos cerca de 700 (setecentos) aparelhos de ar condicionado instalados na Instituição é crucial para garantir um ambiente confortável e seguro para alunos, professores, pesquisadores e funcionários. Considerando a complexidade e a importância do parque de aparelhos de climatização, a contratação de empresa de manutenção requer atenção a diversos requisitos essenciais. Abaixo, destacamos os principais a serem considerados:

- **Experiência e Credenciais:** A empresa deve possuir uma sólida experiência e comprovada expertise em manutenção de sistemas de ar condicionado em grandes instalações, como instituições educacionais, laboratoriais e edifícios comerciais. Certificações e licenças características do serviço em questão, também são fundamentais para garantir a conformidade com normas e regulamentações.
- **Equipe Técnica Qualificada:** É imprescindível que a empresa disponha de uma equipe técnica altamente qualificada, composta por profissionais especializados em sistemas de ar condicionado, com conhecimento abrangente sobre todos os modelos instalados em nossa instituição. Além disso, a equipe deve estar atualizada quanto às melhores práticas de manutenção e segurança.
- **Capacidade de Atendimento:** Dada a escala de nossa instituição, é fundamental que a empresa contratada tenha capacidade operacional para atender de forma eficiente e ágil a demanda de manutenção dos cerca de 700 aparelhos de ar condicionado de diversas potências, marcas, modelos e complexidade. Isso inclui a disponibilidade de pessoal e recursos para realizar inspeções regulares, reparos emergenciais corretivos e manutenções preventivas.
- **Planejamento e Cronograma:** Um plano de manutenção detalhado e um cronograma claro de atividades são essenciais para garantir a continuidade operacional dos sistemas de ar condicionado. A empresa deve ser capaz de elaborar plano customizado, levando em consideração as especificidades de nossa instituição, como a existência de laboratórios, salas de aulas, auditórios, biotério, biblioteca e escritórios administrativos.
- **Uso de Tecnologia e Ferramentas Modernas:** A utilização de tecnologia avançada e ferramentas modernas pode otimizar os processos de manutenção e diagnóstico de problemas nos sistemas de ar condicionado. A empresa deve estar atualizada quanto às últimas inovações do setor e dispor de equipamentos adequados para garantir um serviço eficiente. Deve-se fazer uso ou de aplicativo de manutenção móvel dedicado, podendo ser desenvolvido ou adotado, para registrar todos os serviços de manutenção realizados nos aparelhos de ar condicionado, mantendo informações detalhadas tais como data do serviço, localização do equipamento, tipo de serviço (preventivo ou

corretivo), descrição das atividades realizadas, peças substituídas (se aplicável), e assinatura do técnico responsável ou de Formulários Eletrônicos Personalizados, que podem ser criados usando ferramentas de tecnologia de informação, com o objetivo de registrar detalhamento sobre os serviços de manutenção. Esses formulários podem ser preenchidos online ou offline, e posteriormente enviados para um sistema centralizado visando armazenamento e análise, e devem ser personalizados para capturar todas as informações relevantes de cada visita de manutenção, garantindo um registro completo e preciso das atividades realizadas. Um Sistema de Gerenciamento de Serviços online pode ser utilizado para monitorar e rastrear todas as solicitações de manutenção, atribuir tarefas aos técnicos, acompanhar o progresso das atividades e gerar relatórios de desempenho. Esse sistema pode integrar-se com os aplicativos ou formulários eletrônicos utilizados pelos técnicos no campo, garantindo uma comunicação eficiente e em tempo real, se possível integrar fotos e anexos permitindo a inclusão documentar o estado atual dos equipamentos, identificar problemas específicos e fornecer evidências do trabalho realizado. Isso é especialmente útil para registrar condições antes e depois da manutenção, facilitando a avaliação da eficácia das atividades realizadas. Tais recursos permitem melhorar a eficiência operacional, garantir a precisão dos registros e facilitar a análise de dados para otimização contínua dos processos de manutenção. Essas ferramentas também podem ajudar na tomada de decisões informadas e na comunicação transparente com os usuários sobre o estado e o desempenho de seus sistemas de climatização.

- **Compromisso com a Qualidade e a Segurança:** A segurança e o conforto dos ocupantes de nossa instituição são prioridades absolutas. Portanto, é essencial que a empresa contratada demonstre um compromisso inabalável com a qualidade do serviço prestado e com a segurança das instalações e dos funcionários, aderindo a rigorosos padrões de controle de qualidade e segurança.
- **Sustentabilidade e Eficiência Energética:** Considerando a importância da sustentabilidade ambiental, a empresa de manutenção deve promover práticas que visem a eficiência energética dos sistemas de ar condicionado, contribuindo para a redução do consumo de energia e para a minimização do impacto ambiental.

Ao avaliar potenciais empresas de manutenção de ar condicionado, é crucial considerar esses requisitos e garantir que a escolha final esteja alinhada com as necessidades e expectativas de nossa instituição, assegurando assim um ambiente propício ao ensino, à pesquisa e as atividades administrativas.

Apresentamos abaixo, roteiro básico de serviços recomendados para a manutenção dos diversos tipos, marcas e potências dos aparelhos de ar condicionado. Estes serviços devem ser organizados em frequências mensais, bimestrais, trimestrais, semestrais e anuais, com o objetivo de garantir o funcionamento confiável e eficiente dos sistemas de climatização de toda Instituição, ponderando, entretanto, que o detalhamento total dos serviços deverá ser observado no Termo de Referência que embasa este processo de contratação.

Tal roteiro abrange uma fração das atividades essenciais necessárias para assegurar o desempenho ideal dos sistemas de ar condicionado. No entanto, é crucial adaptar tais atividades de acordo com as especificidades dos equipamentos, recomendações dos fabricantes e normas vigentes do Ministério da Saúde, segundo Portaria nº 3523, de 28/08 /1998, Lei nº 13.589 de 04 de Janeiro de 2018, bem como normas da ABNT. Dessa forma, é possível garantir não apenas a conformidade com os padrões de manutenção, mas também a longevidade e eficiência dos aparelhos, contribuindo para um ambiente de aprendizado e trabalho confortável e saudável.

Mensal: (Maiores detalhes estarão descritos no Termo de Referência)

- **Limpeza de Serpentinhas:** Realizar a limpeza das serpentinhas evaporadoras e condensadoras para remover acúmulos de sujeira e garantir a eficiência do sistema.
- **Verificação de Conexões Elétricas:** Verificar as conexões elétricas e os terminais para garantir que não haja sinais de desgaste ou corrosão.
- **Medição de Pressão e Temperatura:** Medir as pressões de operação e as temperaturas de saída e retorno para verificar o desempenho do sistema.

- **Calibração de Termostatos:** Calibrar os termostatos dos aparelhos para garantir uma temperatura precisa e consistente.

Trimestral: (Maiores detalhes estarão descritos no Termo de Referência)

- **Verificação de Isolamento Térmico:** Verificar o estado do isolamento térmico das tubulações e dutos para garantir a eficiência energética do sistema.
- **Limpeza de Ventiladores e Ventoinhas:** Limpar e inspecionar os ventiladores e ventoinhas para remover acúmulos de poeira e garantir um fluxo de ar adequado.
- **Verificação de Correias e Polias:** Verificar as correias e polias dos motores para garantir que estejam ajustadas e em bom estado de funcionamento.
- **Teste de Controle de Umidade:** Testar e ajustar os controles de umidade dos aparelhos, se aplicável, para garantir níveis adequados de umidade relativa.

Semestral: (Maiores detalhes estarão descritos no Termo de Referência)

- **Inspeção de Compressores:** Realizar uma inspeção visual nos compressores para verificar o estado das válvulas, conexões e isolamento.
- **Verificação de Pressão do Refrigerante:** Medir e verificar a pressão do refrigerante nos sistemas para garantir que estejam dentro dos parâmetros recomendados pelo fabricante.
- **Verificação de Isolamento dos Dutos:** Verificar o estado do isolamento dos dutos de ar para garantir a eficiência do sistema de distribuição.
- **Teste de Funcionamento em Carga Total:** Testar o funcionamento dos aparelhos em carga total para verificar o desempenho sob condições de uso mais exigentes.

Anual: (Maiores detalhes estarão descritos no Termo de Referência)

- **Limpeza do Sistema de Drenagem:** Realizar uma limpeza completa do sistema de drenagem, incluindo bandejas e tubulações, para prevenir obstruções e vazamentos.
- **Verificação de Isolamento dos Compressores:** Verificar o isolamento dos compressores e das linhas de refrigerante para garantir que não haja perdas de eficiência devido a vazamentos de calor.
- **Inspeção de Contatos Elétricos:** Realizar uma inspeção detalhada nos contatos elétricos, relés e disjuntores para garantir a segurança e o funcionamento adequado do sistema.
- **Análise de Eficiência Energética:** Realizar uma análise de eficiência energética para identificar oportunidades de otimização e redução do consumo de energia.

Insumos, ferramentas e equipamentos para execução dos serviços: tanto materiais quanto equipamentos necessários para a realização dos serviços, tais como: andaimes, buchas, parafusos, porcas, arruelas, silicone, materiais de limpeza de qualidade comprovada, LM, desengraxante, bactericida de qualidade comprovada, nitrogênio, oxigênio, varetas para solda, graxa, vaselina, conectores elétricos, marcadores, terminais, eletrodos, fita isolante, fita adesiva, fita de auto fusão, fita silver tape, óleo de bomba de vácuo e qualquer item consumível necessário para execução dos serviços; assim como TODO ferramental necessário (tais como: Conjunto/kit de ferro de solda, Jogos de Chaves de Fenda e Philips imantada tamanho diversos, Chave de Borne, Chave Cotoco de Fenda e Philips, Alicates Universal, Alicates de Pressão, Sargentos diversos, Alicates de Corte, Alicates de Bico, Alicates Universal, Alicates de Trava, Conjunto/Kit Chave Canhão de Boca, Conjunto de Chave L, Conjunto de Chave ALE, Conjunto de Chave de Tork, Chave Inglesa, Conjunto/kit de Chave de Boca e Combinada, Conjunto de Chave Catraca, Conjunto / Kit de Brocas tamanhos diversos, Furadeira de Impacto, Conjunto/kit de Serra Copo, Bomba de Vácuo, Manômetro, Anemômetro, Capacímetro, Multímetro, Penta, Regulador de Nitrogênio, Bombas de Pressão, Higienizadora de Pressão para Evaporadora, Bolsas Coletoras diversos tamanhos, Mangueiras de Jardinagem, Extensão Elétrica, Bolsas ou mala de ferramentas, Conjunto de Maçarico, suporte, mangueira, corta chama, bicos, cilindros manômetros e reguladores, etc.) e em quantidade suficientes, serão de responsabilidade exclusiva da empresa Terceirizada/Contratada.

O fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de caráter rotineiro, coerentes com a natureza dos trabalhos e com o grau de risco definidos pelos órgãos competentes através das Normas Reguladoras (NR), são de responsabilidade do Terceirizado/Contratada.

A equipe de trabalho deverá fazer parte do quadro de funcionários da Terceirizada/Contratada, obedecendo todos os termos da CLT, e composta por dois residentes que permanecerão no mínimo 44 horas semanal sendo um Mecânico de Refrigeração (com experiência comprovada) e um Auxiliar de Mecânico de Ar Condicionado; também de Engenheiro Supervisor com capacidade comprovada por acervo técnico, além de um Meio Oficial de Ar Condicionado e um Técnico de Ar Condicionado, estes últimos deverão ser disponibilizados pela terceirizada/Contratada SEMPRE que for necessário, dependendo da demanda e número de chamados por quebras e paradas de equipamentos. Caso os integrantes com carga horária definida não consigam atender toda a programação estabelecida no Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) a Terceirizada/Contratada deverá enviar pessoal capacitado suficiente para colocar em dia o que foi planejado SEM ÔNUS para a Instituição/Contratante. Toda supervisão, administração, acompanhamento e coordenação dos trabalhos, inclusive de eventuais sub-contratadas, será em caráter permanente e de total responsabilidade da Terceirizada/Contratada.

O detalhamento total dos serviços estará disponível no Termo de Referência do processo em questão.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Num cenário onde a busca por eficiência e qualidade é constante, a manutenção adequada de aparelhos de ar condicionado emerge como uma necessidade crítica para empresas em geral. No contexto acadêmico, garantir um ambiente climatizado e confortável não apenas promove o bem-estar do pessoal envolvido (alunos, professores, pesquisadores e funcionários), mas também contribui diretamente para a eficiência e preservação de equipamentos sensíveis. Diante desse panorama, a análise de mercado assume um papel primordial na seleção da empresa de manutenção ideal. Este processo não se limita apenas à avaliação de custos, mas abarca uma investigação detalhada das competências técnicas, reputação no mercado, disponibilidade de serviços e compromisso com a excelência.

Contratar um serviço de manutenção de forma contínua apresenta-se como uma estratégia indispensável em virtude de diversos fatores. Primeiramente, a manutenção regular assegura o funcionamento eficaz dos aparelhos, prevenindo falhas e garantindo sua vida útil prolongada. Além disso, a manutenção periódica permite identificar e corrigir problemas de forma preventiva, evitando interrupções não planejadas que poderiam acarretar em custos adicionais e impactos negativos em toda a Instituição.

Por outro lado, a realização de contratações pontuais para cada serviço de manutenção apresentaria desafios significativos, especialmente quando a contratante não possui um serviço próprio especializado neste tipo de serviço. A falta de expertise interna pode dificultar a avaliação precisa das necessidades de manutenção, bem como a identificação de fornecedores confiáveis no mercado. Nesse sentido, a terceirização dos serviços de manutenção para uma empresa especializada não apenas supre essa lacuna pela falta de pessoal interno com conhecimento técnico, mas também permite a Instituição focar em suas atividades principais, sem se preocupar com a gestão operacional da manutenção de seus sistemas de ar condicionado.

Assim, uma análise minuciosa do mercado de manutenção de ar condicionado é essencial para identificar parceiros que não só atendam às necessidades imediatas, mas também proporcionem soluções sustentáveis e confiáveis a longo prazo, minimizando as dificuldades associadas à contratação pontual de serviços de manutenção quando não se dispõe de expertise interna especializada.

Neste contexto, contatamos empresas prestigiadas em nossa região para realizar levantamento de valores mensais, a fim de servir como parâmetro financeiro neste processo de contratação.

PESQUISA DE PREÇO				
EMPRESA	CNPJ	QUANTIDADE DE MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
SelfClima Ar Cond. Ltda	00.511.069/0001-80	15	R\$ 53.600,00	R\$ 804.000,00
Ar Center Soluções em Ar Condicionado Ltda-ME	23.751.636/0001-70	15	R\$ 33.950,00	R\$ 509.250,00
Arcontemp Ar Cond e Elétrica Ltda	00.573.195/0001-69	15	R\$ 30.900,00	R\$ 463.500,00

VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR MÉDIO TOTAL
R\$ 39.483,33	R\$ 592.250,00

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de Empresa Especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado e sistema geral de ar e resfriamento do Campus sem inclusão de peças.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

15 Meses.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 592.250,00 (quinhentos e noventa e dois mil e duzentos e cinquenta reais), para o período de 15 (quinze) meses, conforme custos mensais apostos na tabela abaixo:

PESQUISA DE PREÇO				
EMPRESA	CNPJ	QUANTIDADE DE MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
SelfClima Ar Cond. Ltda	00.511.069/0001-80	15	R\$ 53.600,00	R\$ 804.000,00
Ar Center Soluções em Ar Condicionado Ltda-ME	23.751.636/0001-70	15	R\$ 33.950,00	R\$ 509.250,00
Arcontemp Ar Cond e Elétrica Ltda	00.573.195/0001-69	15	R\$ 30.900,00	R\$ 463.500,00
			VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR MÉDIO TOTAL
			R\$ 39.483,33	R\$ 592.250,00

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Na dinâmica de São José do Rio Preto, onde a nossa Instituição está localizada, a busca pela eficiência operacional e pelo conforto ambiental é uma constante. Nesse contexto, a contratação contínua e não parcelada, de empresa de manutenção em aparelhos de ar condicionado se justifica por uma série de motivos essenciais que refletem as necessidades locais e os benefícios práticos tais como:

Clima Regional: São José do Rio Preto é conhecida por apresentar temperaturas elevadas durante boa parte do ano. Nesse cenário, os sistemas de ar condicionado desempenham um papel crucial na garantia do conforto térmico em qualquer ambientes. A manutenção permanente desses sistemas assegura seu funcionamento contínuo e eficaz, independentemente das variações climáticas.

Prevenção de Falhas: Com o clima quente predominante, há um óbvio e constante aumento da demanda por climatização. A contratação permanente de uma empresa de manutenção permite a realização de manutenção preventiva regular, identificando e corrigindo problemas antes que se tornem falhas graves. Isso reduz o risco de interrupções inesperadas nos sistemas de ar condicionado, garantindo a continuidade das operações comerciais e a comodidade dos ocupantes. Mesmo havendo prevenção, é natural que ao se exigir mais dos equipamentos em tempos de calor excessivo, estes apresentam problemas, até por auto preservação (no caso dos Inverters que possuem placas eletrônicas); havendo equipe dedicada exclusivamente às necessidades da Instituição, o socorro é imediato. Como a demanda de mão-de-obra em nossa região, principalmente nestes períodos, aumenta exponencialmente, fica inviável a contratação parcelada para atender tais situações.

Eficiência Energética: Em um contexto onde a eficiência energética é valorizada tanto por motivos econômicos quanto ambientais, a manutenção contínua dos aparelhos de ar condicionado é fundamental. A empresa de manutenção pode ajustar e otimizar os sistemas para garantir o máximo desempenho com o

menor consumo de energia possível, contribuindo para a redução dos custos operacionais e para a sustentabilidade ambiental.

Expertise Técnica Especializada: Ao optar por uma contratação permanente, as empresas têm acesso à expertise técnica especializada da equipe de manutenção. Isso inclui profissionais treinados e qualificados para lidar com uma variedade de marcas e modelos de equipamentos, além de conhecimento atualizado sobre as melhores práticas de manutenção e as normas regulamentares vigentes.

Economia de Tempo e Recursos: Contratar uma empresa de manutenção permanentemente elimina a necessidade de buscar fornecedores diferentes a cada necessidade de reparo ou serviço. Isso economiza tempo e recursos administrativos, simplificando a gestão operacional e permitindo que a Instituição se concentre em suas atividades principais.

Relacionamento de Longo Prazo: Estabelecer um relacionamento de longo prazo com uma empresa de manutenção confiável permite uma comunicação mais fluida e eficiente. Isso facilita a compreensão das necessidades específicas do cliente e a personalização dos serviços de manutenção de acordo com essas necessidades, promovendo uma parceria duradoura e mutuamente benéfica.

Em síntese, a contratação permanente de uma empresa especializada, se mostra como uma estratégia inteligente e vantajosa, garantindo a eficiência operacional, o conforto ambiental e a sustentabilidade a longo prazo.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto da presente contratação não possui relação ou afinidade com objetos de outras aquisições ou contratações realizadas neste exercício.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Considerando que o Decreto nº 67.689 de 03 de maio de 2023 facultou a Administração Pública a elaborar o PCA no exercício de 2023 para execução no exercício de 2024, o objeto da contratação não possui previsão no Plano de Contratações Anual 2024, vez que a FAMERP optou por não realizá-lo.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação de manutenção continuada (preventivas e corretivas) em aparelhos de ar condicionado oferece uma série de benefícios ideais que podem ser alcançados. Aqui estão algumas justificativas:

Operação Eficiente: A manutenção regular ajuda a garantir que os aparelhos de ar condicionado operem de forma eficiente, mantendo um desempenho adequado e evitando desperdícios de energia. Isso resulta em custos operacionais mais baixos contribuindo para a sustentabilidade ambiental ao reduzir o consumo de energia.

Prolongamento da Vida Útil: A manutenção preventiva ajuda a identificar e corrigir problemas antes que eles se tornem mais graves, prolongando assim a vida útil dos aparelhos de ar condicionado. Isso significa menos necessidade de substituição de equipamentos, economizando recursos financeiros e reduzindo impacto ambiental associado à fabricação e descarte de equipamentos.

Menor Probabilidade de Falhas: A manutenção regular ajuda a reduzir a probabilidade de falhas inesperadas nos sistemas de ar condicionado, o que pode causar interrupções no funcionamento e impactar negativamente o conforto dos ocupantes do ambiente. Isso é particularmente importante em ambientes educacionais e institucionais, onde a falha do sistema pode resultar em perdas na qualidade de ensino e danos à reputação da Instituição.

Qualidade do Ar Interior: A manutenção adequada dos sistemas de ar condicionado inclui a limpeza e a troca de filtros, o que contribui para melhorar a qualidade do ar interior. Isso é essencial para garantir um ambiente saudável e confortável para os ocupantes do espaço, reduzindo a incidência de problemas respiratórios e alergias.

Conformidade com Regulamentações: A manutenção continuada ajuda as organizações a manterem a conformidade com as regulamentações e normas relacionadas à qualidade do ar interior, eficiência energética e segurança. Isso é essencial para evitar penalidades legais e garantir a segurança e o bem-estar dos ocupantes do ambiente.

Foco nas Atividades Principais: Ao ter um contrato de manutenção continuada, a Instituição pode terceirizar a responsabilidade pela manutenção dos sistemas de ar condicionado, permitindo que se concentre em suas atividades fim, liberando recursos internos que permitem uma gestão mais eficiente do tempo e dos custos operacionais.

Esses benefícios destacam a importância da contratação de serviços de manutenção continuada como uma estratégia para garantir o desempenho, a eficiência e a confiabilidade dos sistemas, além de promover um ambiente mais saudável e sustentável.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Neste estudo não foi observada a necessidade de readequação do ambiente para a execução do objeto. Portanto não há providências a serem tomadas pela Administração.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os serviços de manutenção de aparelhos de ar condicionado podem ter impactos ambientais significativos. Alguns dos principais impactos ambientais associados incluem:

Emissões de Gases Refrigerantes: Os gases refrigerantes utilizados nos sistemas de ar condicionado podem ser substâncias que contribuem para o aquecimento global se forem liberadas para a atmosfera. Durante os serviços de manutenção, como recarga ou reparo do sistema, há o risco de vazamentos desses gases, o que pode ter um impacto negativo no meio ambiente.

Descarte de Resíduos: A manutenção muitas vezes envolve a substituição de peças e componentes, bem como a limpeza dos sistemas. Se esses resíduos não forem adequadamente gerenciados e descartados, podem contribuir para a poluição do solo e da água, especialmente se contiverem substâncias tóxicas ou perigosas.

Uso de Produtos Químicos: Alguns serviços de manutenção podem envolver o uso de produtos químicos, como detergentes ou solventes, para limpar ou desinfetar os sistemas de ar condicionado. Se esses produtos não forem utilizados corretamente ou forem descartados inadequadamente, podem representar um risco para o meio ambiente e para a saúde humana.

Portanto, é importante que as empresas adotem práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis, como a utilização de técnicas de manutenção eficientes em termos de energia, o correto manuseio e descarte de resíduos, a prevenção de vazamentos de gases refrigerantes e a utilização de produtos químicos ambientalmente seguros; e que observem todas as regulamentações e regramentos existentes, tais como a Portaria nº 222/2011 do Ministério do Meio Ambiente, que basicamente estabelece critérios e procedimentos para o controle de uso e destinação final de substâncias que destroem a camada de ozônio e de produtos que as contenham, como os gases refrigerantes; a Resolução CONAMA Nº 267/2000, etc.

15. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Diante do exposto, declaramos a viabilidade da contratação, nos termos dispostos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

16. REPONSÁVEIS

Francisco de Assis Cury
Diretor Geral

Alexandre Dos Santos Da Mata Campos
Auxiliar de Contabilidade

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FAMERP

(Processo Administrativo nº 142.00000224/2024-55)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE O(A), POR
INTERMÉDIO DO(A) E
.....

A FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – FAMERP, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5416, Vila São Pedro na cidade de São José do Rio Preto /Estado de São Paulo, 15090-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.326.036/0001-60, neste ato representado pelo Diretor Geral, Senhor Professor Doutor Francisco de Assis Cury, nomeado pelo Decreto de 07 de abril de 2021, publicado (a) no DOE de 08 de abril de 2021, inscrito no CPF sob o nº 295.740.307-25, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de *manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado e sistema geral de ar e resfriamento instalados no Campus da FAMERP, sem a inclusão de peças*, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	QUANTIDADE EM MESES	VALOR MENSAL	VALOR
------	----------------------	--------	---------------------	--------------	-------

1	Serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado e sistema geral de ar e resfriamento instalados no Campus da FAMERP, sem a inclusão de peças, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	2771	15		
---	--	------	----	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço global*.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 meses contados do(a) da data de início da execução do objeto, prorrogável por até 10 anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:*

4.1.1. *É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, com exceção dos itens discriminados abaixo:*

4.1.1.1. *Quando a CONTRATADA não for capaz de atender por sua conta a necessidade de retirada e transporte de aparelhos, descrita no item 5.36 do Termo de Referência (Anexo I);*

4.1.1.2. *Quando a CONTRATADA não for capaz de fornecer aos seus empregados os andaimes requisitados nos itens 5.17.1. e 5.29.8 do Termo de Referência (Anexo I);*

4.1.2. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

4.1.3. *A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:*

4.1.3.1. *Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;*

4.1.3.2. *Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;*

4.1.3.3. *Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

4.1.3.4. *Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;*

4.1.3.5. *Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;*

4.1.3.6. *Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.*

4.1.4. *Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.*

4.1.5. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#))

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, § 1º e 2º, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#))

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento *IPC-FIPE*, **exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula**, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até **30 (trinta) dias**, contado a partir da data em que for apresentada, pelo contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#))

7.17.1. O prazo referido no subitem anterior não se iniciará enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;
- III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;
- IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- VI) Realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 60 (sessenta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).*

8.1.13. *Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.1.23. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;
- 9.1.26. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.1.29. *Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.*

9.1.30. *Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;*

9.1.31. *Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;*

9.1.32. *Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;*

9.1.33. *Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;*

9.1.34. *Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;*

9.1.35. *Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:*

9.1.35.1. *Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;*

9.1.35.2. *Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;*

9.1.36. *Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.*

9.1.37. *Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#);*

9.1.37.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;

9.1.38. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;*

9.2. *Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou*

indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/anual do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.*

11.2. *A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.*

11.3. *Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:*

11.3.1. *A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

11.3.2. *O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

11.3.3. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.14. *Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho.*

11.15. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.*

11.16. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.*

11.17. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- ii) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- v) **Multa:**

(1) *Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;*

(2) *Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia.*

a. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.*

- (3) *Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.*
- (4) *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.*
- (5) *Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.*
- (6) *Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.*
- (7) *Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:*
- (8) *De 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133, de 2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.*

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.5. Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

13.5.1. Até que o Contratado comprove o disposto no item anterior, o Contratante reterá:

13.5.1.1. a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, "b", da [Lei nº 14.133, de 2021](#)); e

13.5.1.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

13.6. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7. O Contratante poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da [Lei nº 14.133, de 2021](#)), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

13.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- 15.1.1. *Gestão/Unidade:*
- 15.1.2. *Fonte de Recursos:*
- 15.1.3. *Programa de Trabalho:*
- 15.1.4. *Elemento de Despesa:*
- 15.1.5. *Plano Interno:*
- 15.1.6. *Nota de Empenho:*

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE DE MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado e sistema geral de ar e resfriamento instalados no Campus da FAMERP, sem a inclusão de peças, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, vide Edital e anexos.	15		

- Validade da proposta: 60 dias.

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.2

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido da licitante.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

***Observações:**

*Esta declaração deve ser acompanhada dos documentos elencados nos itens 8.23.1 e 8.24.

*Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

ANEXO V

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO V.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborado pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VI**AValiação DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS****1. Desempenho Profissional**

Itens	Percentual de Ponderação
Cumprimento das atividades	25%
Cobertura dos postos nos horários determinados	30%
Qualificação/atendimento ao público/postura	30%
Uniformes e identificação	15%
Total	100%

2. Desempenho das Atividades

Itens	Percentual de Ponderação
Especificação técnica dos serviços	40%
Equipamentos, acessórios	20%
Atendimento às ocorrências	40%
Total	100%

3. Gerenciamento

Itens	Percentual de Ponderação
Periodicidade da fiscalização	20%
Gerenciamento das atividades operacionais	30%
Atendimento às solicitações	25%
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	25%
Total	100%

4. RESPONSABILIDADES**4.1. Equipe de Fiscalização**

▪ Responsável pela avaliação da Contratada, utilizando o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, e pelo encaminhamento de toda documentação ao gestor do contrato, juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um).

4.2. Gestor do Contrato

- Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório das instalações à Contratada;
- Responsável pela aplicação de advertência à Contratada e pelo encaminhamento de conhecimento à autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;

- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

5. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

- 5.1. Cabe a cada unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.
- 5.2. No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar para o gestor do contrato, em até 5 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um).
- 5.3. Cabe a cada unidade, por meio do respectivo gestor do contrato, mensalmente e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado e encaminhar 1 (uma) via para a Contratada.
- 5.4. De posse dessa avaliação, o gestor do contrato deve aplicar na medição seguinte os descontos cabíveis previstos neste procedimento, garantindo a defesa prévia à Contratada.
- 5.5. Cabe ao gestor do contrato encaminhar mensalmente à Contratada, no fechamento das medições, o quadro-resumo demonstrando, de forma acumulada e mês a mês, a performance global da Contratada em relação aos conceitos alcançados pela mesma.
- 5.6. Cabe ao gestor do contrato emitir, mensalmente e quando solicitado, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o quadro-resumo e conceituando a Contratada como segue:
- 5.7. Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado: quando a Contratada obtiver nota final acumulada igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6.1.;
- 5.7.1. Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado: quando a Contratada, apesar de obter nota final acumulada igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6.1.;
- 5.7.2. Conceito Geral Ruim e Desempenho não Recomendado: quando a Contratada, além de obter nota final acumulada inferior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6.1.

6. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

- 6.1. As faturas apresentadas pela Contratada ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação vinculado à Avaliação da Qualidade dos serviços, conforme a tabela a seguir:

Percentual de Liberação	Nota Obtida na Avaliação
Liberação total da fatura	Nota total maior ou igual a 6,75 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota total maior ou igual a 5 e menor que 6,75 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens de cada grupo avaliado
Liberação de 75% da fatura	Nota total abaixo de 5 pontos ou mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens de cada grupo avaliado

6.1.1. O gestor do contrato irá apurar o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito anteriormente no item 5. deste ANEXO, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades cabíveis.

7.DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

7.1. Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva de equipamentos de ar condicionado:

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratada:			
Responsável pela fiscalização:			
Gestor do contrato:			

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Cumprimento das atividades	25%		
Cobertura dos postos nos horários determinados	30%		
Qualificação, atendimento ao público e postura	30%		
Uniformes e identificação	15%		
Total			

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Especificação técnica dos serviços	40%		
Equipamentos e acessórios	20%		
Atendimento às ocorrências	40%		
Total			

Grupo 3 – Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Periodicidade da supervisão	20%		
Gerenciamento das atividades operacionais	30%		
Atendimento às solicitações	25%		
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	25%		
Total			

NOTA FINAL (somatório das notas totais para os grupos 1, 2 e 3)

Nota final:	Assinatura do responsável pela fiscalização:	Assinatura do gestor do contrato:	Assinatura do responsável da Contratada:
-------------	--	-----------------------------------	--

7.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO E SISTEMA GERAL DE AR E RESFRIAMENTO DO CAMPUS DA FAMERP.

7.2.1. Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

7.2.2. Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Grupo 1 – Desempenho Pessoal	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Cumprimentos de Atividades dos serviços	Cumprimento das atividades definidas pela Contratante. Executa os serviços atribuídos pela Contratada, dentro de prazos compatíveis com a complexidade das tarefas. Apresentar-se devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada. Manter-se no local do serviço, não devendo se afastar de seus afazeres.
Cobertura dos Postos de Serviços	- Executar os serviços rigorosamente dentro dos diplomas legais vigentes . - Seguir rigorosamente as orientações ambientais relativas à utilização de produtos e ao descarte de sujidades sólidas.
Qualificação/Postura	- Qualificação e conduta dos empregados da Contratada. - Apresentam o nível de preparo adequado para a função. - São submetidos à capacitação periódica. - Demonstram disciplina durante o trabalho, bem como respeito e cortesia no trato entre si e com

	terceiros.
<i>Materiais, Uniformes, Identificação e Equipamentos de proteção individual</i>	<p>- Uso de uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento da função, em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada.</p> <p>Fornecimento de crachá de identificação individual, no qual indicados o nome da Contratada, número de registro, função e fotografia do empregado.</p> <p>- Fornecimento e utilização correta dos Equipamentos de Proteção individual-EPI's</p> <p>- Fornecimento de materiais de consumo, higienização e asseio pessoal</p>

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
<i>Especificações Técnicas</i>	Conformidade dos serviços prestados com o especificado no contrato e seus anexos.
<i>Equipamentos e Acessórios</i>	<p>Utilização de equipamentos e acessórios (equipamentos de proteção individual) compatíveis, em bom estado (funcionalidade, conservação, higiene e limpeza) e adequados às tarefas que executam e às condições climáticas.</p> <p>Utilização de equipamentos, lanternas, livros de capa dura numerados tipograficamente, para registro de ocorrências, e respectivos acessórios</p>
<i>Atendimento às Ocorrências</i>	<p>Atendimento das ocorrências dentro do prazo máximo estabelecido e na qualidade desejada, observada a eficácia da ação do Bombeiro Civil diante da situação.</p> <p>Registro e controle diários das ocorrências do posto. Efetuar a reposição da mão de obra nos postos de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).</p> <p>Assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar não seja mantido no posto ou em quaisquer outras instalações do Contratante.</p>

Grupo 3 – Gerenciamento de Atividades	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
<i>Periodicidade da Supervisão</i>	Execução de supervisão por parte da Contratada em caráter permanente, visando a garantir a qualidade dos serviços executados e na periodicidade acordada.

<i>Gerenciamento das Atividades Operacionais</i>	- Administração das atividades operacionais. - Apresentação de relatório mensal relativo à rotinas de manutenção. - Apresentação dos laudos semestrais.
<i>Atendimento às Solicitações</i>	Atendimento às solicitações da Contratante conforme condições estabelecidas no Contrato.
<i>Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas</i>	Cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada segundo o contrato.

8. Relatório das Instalações

<i>Locais de Prestação dos Serviços</i>	<i>Subtotal Grupo 1</i>	<i>Subtotal Grupo 2</i>	<i>Subtotal Grupo 3</i>	<i>Nota Final (soma das notas totais para o grupo 1, 2 e 3)</i>
Avaliação Global				

8.1. Quadro Resumo

<i>Grupo</i>	<i>Mês</i>												<i>Média</i>
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>11</i>	<i>12</i>	
Grupo 1													
Grupo 2													
Grupo 3													
Total													

9. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS:

- 9.1. Os serviços executados serão objeto de medição mensal, de acordo com os seguintes procedimentos:
- 9.2. No primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados os serviços, a **CONTRATADA** entregará relatório contendo os quantitativos totais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.
- 9.3. A **CONTRATANTE** solicitará à **CONTRATADA**, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.
- 9.4. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados,

aplicando-se eventual desconto em função da pontuação obtida no Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços, se for o caso;

b) A realização dos descontos indicados na alínea "a" não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA** em virtude da inexecução dos serviços.

- 9.5. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a **CONTRATANTE** atestará a medição mensal através de uma planilha de quantitativos realizados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à **CONTRATADA** o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.